

UNIVERSIDADE DE LISBOA

FACULDADE DE PSICOLOGIA E DE CIÊNCIAS DA EDUCAÇÃO



Satisfação Conjugal e Parentalidade Biológica e Adoptiva

Júlia Maria de Araújo Ferreira

MESTRADO INTEGRADO EM PSICOLOGIA

Secção de Psicologia Clínica e da Saúde

Núcleo de Psicologia Clínica Sistémica

2008

UNIVERSIDADE DE LISBOA

FACULDADE DE PSICOLOGIA E DE CIÊNCIAS DA EDUCAÇÃO



Satisfação Conjugal e Parentalidade Biológica e Adoptiva

Júlia Maria de Araújo Ferreira

Dissertação orientada pela Professora Doutora Maria Teresa Ribeiro e co-orientada pela Professora Doutora Ana Sousa Ferreira.

MESTRADO INTEGRADO EM PSICOLOGIA

Secção de Psicologia Clínica e da Saúde

Núcleo de Psicologia Clínica Sistémica

2008

Agradecimentos:

Gostaria de agradecer especialmente à minha orientadora, Professora Doutora Maria Teresa Ribeiro, que foi incansável na força, no apoio e na confiança que demonstrou e nos incutiu mesmo quando a meta parecia ainda muito distante. Por nos ter feito acreditar que era possível, o meu sincero obrigado.

Não posso deixar também de agradecer a todos os que nos acompanharam ao longo deste percurso, e que com a sua dedicação tornaram possível este trabalho, como foi o caso da Professora Doutora Ana Ferreira, que nos auxiliou com o seu saber na área da estatística, e da Professora Isabel Santa Bárbara Narciso, que com a sua ajuda e experiência na área da Psicologia nos apoiou.

Por fim o meu sentido agradecimento a todas as pessoas especiais que preenchem a minha vida: pais, família e amigos. Que com a palavra certa no momento certo, todo o carinho e confiança depositada em mim, transmitiram força para superar os momentos mais adversos.

A todos, muito obrigada por terem partilhado comigo esta etapa da minha vida.

Resumo

O presente estudo, pretendendo uma comparação entre famílias portuguesas biológicas e adoptivas, tem como objectivo analisar a percepção de Satisfação Conjugal e a sua respectiva influência nos Estilos Parentais praticados, com o intuito de compreender a teia de relações existente entre os domínios da Conjugalidade e da Parentalidade. Os 171 sujeitos que compõem a amostra, dos quais 99 com filhos biológicos e 72 com filhos adoptivos, responderam a um Questionário de dados Sócio-Demográficos, à *Escala de Avaliação da Satisfação em Áreas da Vida Conjugal* (EASAVIC) (Narciso, 2001) e a uma versão reduzida do *Questionário de Dimensões e Estilos Parentais* (QDEP) (Robinson, Mandleco, Olsen & Hart, 2001). Identificada uma relação positiva e directa entre as variáveis em estudo, os dados obtidos indicam uma percepção elevada de satisfação conjugal para ambos os tipos de família, embora com valores não significativamente mais salientes para as famílias em circunstâncias adoptivas (tal como sugere a literatura). Como seria de esperar, associada a tais resultados surge uma predominância do estilo autoritativo quer para as famílias biológicas quer para as famílias adoptivas. Os resultados alcançados sugerem, ainda, um efeito do tipo de família quanto à utilização de um estilo parental autoritário. Este apresenta um valor menos evidente no caso das famílias biológicas, contrastando com o estilo permissivo que ocupa a mesma posição de menor preponderância no caso das famílias adoptivas.

Palavras-Chave: Famílias Biológicas, Adopção, Satisfação Conjugal, Estilos Parentais.

Abstract

The present study, by doing comparison between biological and adoptive Portuguese families, as the purpose to analyze the perception of Marital Satisfaction and its influence in Parental Styles, with the aim of understanding the web of relationships between the domains of Marital Relations and Parenting. The 171 subjects that arrange the sample, 99 with biological children and 72 with adoptive children, asked a Social-Demographic Questionnaire, the Evaluation Scale of Satisfaction in Marital Life Satisfaction (ESSAML) (Narciso, 2001) and to a short-version of the Parenting Styles and Dimensions Questionnaire (PSDQ) (Robinson, Mandleco, Olsen & Hart, 2001). Identified a direct and positive relationship between the variable in study, the data obtained indicate a high perception of Marital Satisfaction for both type of families, although with values not significantly more salient for families in adoptive circumstances (just as the literature suggests). As might be expected, associated to those results emerge a predominance of the Authoritative Style either to biological families or to adoptive families. The data still suggests an effect of the type of family as concerns to the use of an authoritarian parenting style. This one presents a less evident value in the case of adoptive families, contrasting with permissive style that occupies the same position of smaller preponderance in case of adoptive families.

Keywords: Biological Families, Adoption, Marital Satisfaction, Parenting Styles

Índice

Introdução	1
I. Enquadramento Conceptual (revisão de literatura)	1
- Conjugalidade	3
- Parentalidade	4
- Conjugalidade // Parentalidade: Um Ciclo Contínuo de Influências Mútuas	9
- ... Ou Processo Natural?	13
II. Processo Metodológico	15
2.1 Objectivos Gerais e Específicos	15
2.2 Questões de Investigação	17
2.3 Estratégia Metodológica	17
2.3.1. Selecção da Amostra	17
2.3.2. Instrumentos Utilizados	21
2.3.3. Procedimentos na Recolha de Dados	25
III. Análise de Resultados	28
1) Identificação da Percepção da Satisfação Conjugal em Famílias Biológicas e Adoptivas.....	28
2) Identificação dos Estilos Parentais Praticados em Famílias Biológicas e Adoptivas	29
3) Avaliação da relação entre as Variáveis em Estudo: Satisfação Conjugal e Estilos Parentais	31
4) Avaliação da Influência do Tipo de Família na percepção de Satisfação Conjugal e nos Estilos Parentais praticados	32
IV. Discussão	35
V. Conclusão	40

VI. Referências Bibliográficas 42

Anexos 48

- I. Factores Centrípetos
- II. Descrição da Amostra - Famílias Adoptivas
- III. Descrição da Amostra de Controlo - Famílias Biológicas
- IV. Escala de Avaliação da Satisfação em Áreas da Vida Conjugal (EASAVIC)
- V. Questionário de Dimensões e Estilos Parentais (QDEP)
- VI. Questionário de Dados Sócio-Demográfico
- VII. Descrição da Amostra Total
- VIII. Follow-Up SA, SCML
- IX. Normalidade das variáveis Satisfação Conjugal e Estilos Parentais
- X. Teste de Igualdade de Valores Médios para Amostras Independentes em relação à variável Satisfação Conjugal
- XI. Médias e Desvios-Padrão relativamente à Satisfação Conjugal em Famílias Biológicas e Adoptivas
- XII. Teste de Igualdade de Valores Médios para Amostras Independentes em relação à variável Estilos Parentais
- XIII. Médias e Desvios-Padrão relativamente aos Estilos Parentais praticados em Famílias Biológicas e Famílias
- XIV. Teste de Correlação de Pearson
- XV. Análise de Variâncias Multivariada
- XVI. Análise de Variância - ANOVA

Introdução

A investigação aqui presente objectiva uma comparação entre famílias, com filhos, biológicas e adoptivas, através da análise de variáveis relativas aos domínios da Conjugalidade e da Parentalidade. Em prol desse objectivo, debruça-se sobre o estudo de variáveis pertencentes a cada domínio, tais como a *Satisfação Conjugal* e os *Estilos Parentais*, respectivamente. Pretende-se compreender de que modo uma actua sobre a outra, particularmente, qual a influência da percepção da satisfação conjugal nos estilos parentais praticados, em função do tipo de família – o qual medeia toda a investigação.

O estudo pretende, ainda, com base na revisão de literatura conseguida, que corrobora uma influência mútua e circular entre as variáveis referidas, compreender a teia de relações entre as mesmas, com a inovação do facto de ser realizado em contexto português, com amostras portuguesas (onde a literatura, sobre o tema aqui abordado, é escassa).

Os objectivos mostram-se relevantes, na medida em que ao verificar-se a existência de diferenças entre as duas amostras, tal permitirá avançar no conhecimento, nomeadamente, sobre as características de cada tipo de família associadas a essas discrepâncias. Em última análise, tais informações poderão fomentar uma melhoria das respostas e acções dos meios de ajuda competentes quando solicitados.

I. Enquadramento conceptual (revisão de literatura)

A *família*, enquanto instituição¹, desempenha, particularmente, um papel determinante nos primeiros anos de vida. É nela que a criança adquire a linguagem e os hábitos do seu grupo social. Pelo que toma grande relevância preservar e desenvolver o afecto, a solidariedade, a união, o respeito, a confiança, o amor, o projecto de vida comum, no sentido de permitir o pleno desenvolvimento pessoal e social de cada elemento, com base em ideais pluralistas, democráticos e humanistas (Gama, 2000).

No entanto, a família, que hoje em dia assume, de forma expressamente mais visível, configurações distintas do tradicional, tem-se vindo a adaptar ao evoluir dos

¹ Isto é, conjunto de práticas orientadas por normas que regulam e controlam determinadas funções sociais. Inclui uma unidade parcial com um fim comum a atingir de acordo com objectivos diversos (mas importantes para manter a unidade do grupo: família = grupo multifuncional (Duarte, 2004).

tempos, adquirindo novas formas, estruturas e responsabilidades – as quais não colocam em causa o seu papel enquanto base e fundamento da sociedade, uma vez que é o primeiro espaço de socialização (Potes, Bandola, Real & Ferreira, 2006).

Assim, como lugar privilegiado para a elaboração e aprendizagem de dimensões significativas da interacção e, como tal, como um enquadramento relacional fundamental para o desenvolvimento do ser humano (Alarcão & Gaspar, 2007), a *família* pode, ainda, definir-se como: *grupo social caracterizado pela residência comum, pela cooperação económica e pela reprodução [...] constituída pelos pais e pelos filhos* (Dicionário de Sociologia), sendo que *proporciona a seus membros protecção, companhia, segurança e sociabilização* (Pim, Ferreira, Rodrigues & Costa, 2006).

Do mesmo modo, também a adopção (encarada como forma de constituir uma família que se une para além dos laços biológicos, por opção) pode ser considerada como uma nova forma de família, pois é igualmente composta por pais e filhos, com residência comum, proporcionando aos seus membros *protecção, companhia, segurança e sociabilização*. Fugindo à estrutura clássica e tradicional, tal como as famílias fruto de situações como o divórcio, uniões de facto, morte de um dos cônjuges, família sem filhos, etc., assenta numa forma alternativa de atingir o mesmo objectivo: o de constituir uma família o mais funcional possível (Fonte, 2004).

Não obstante, ter exercido diferentes funções ao longo do tempo, motivadas pela evolução das sociedades (Fonte, 2004), actualmente, a adopção enquanto *«meio através do qual um indivíduo que, pelo nascimento, pertence a um grupo familiar, adquire novos laços de parentesco, numa outra família, laços esses que socialmente são equivalentes aos laços de sangue»* (Sá & Cunha, 1996, citado por Ferreira, Pires & Salvaterra, 2004) é cada vez mais uma opção e assume duas funções essenciais: por um lado, como forma de protecção à infância² e por outro, como oportunidade dos casais

² Pois estas famílias estão dispostas a promover um ambiente securizante, protector e harmonioso a quem mais precisa: crianças institucionalizadas, privadas de atenção, amor, e estimulação individualizados (que devidamente propiciados pelos novos pais lhes permitirão um desenvolvimento feliz e adequado), geralmente provenientes de famílias desestruturadas, que carregam consigo o peso do abandono, da negligência e do mau-trato e que anseiam por uma “Família de Verdade”.

“ *Crescer é ser-se como um rio em que os pais serão as margens: se elas se tornarem apertadas, transbordará; se não as tiver, pode crescer em todas as direcções e, sendo assim, ser tudo é ser coisa nenhuma*” (Sá, 1993, p. 88, citado por Sá, Sottomayor, Rosinha & Cunha, 2005).

inférteis colmatarem o desejo de ter um filho, que acarreta também a cessação de um processo psíquico associado à incapacidade de procriar (Ferreira et al., 2004).

O presente trabalho propõe-se a uma análise dos subsistemas conjugal e parental e sua relação, segundo perspectivas distintas: famílias biológicas e adoptivas. Pelo que se mostra relevante uma abordagem, embora sumária, do modo como estas famílias vivem e sentem as experiências nestas valências da vida familiar.

Conjugalidade

Tendo em conta a abrangência do conceito de *Conjugalidade*, a presente dissertação debruça-se, especificamente, no estudo da componente de *satisfação conjugal*. Esta tem sido uma área de estudo privilegiada dentro da Psicologia da Família. Contudo, alguns autores consideram que ainda há muito a aprofundar – por se tratar de uma avaliação subjectiva do casamento (Thompson, 1988, citado por Narciso, 1997) – dado que se tem procurado mais uma “medida” do que uma “compreensão” da satisfação (Kasak, 1988, citado por Narciso, 1997), que surge, frequentemente, confundida com funcionalidade, ajustamento ou qualidade conjugal (Kurdeck, 1990, citado por Narciso, 1997).

A confusão e a sobreposição entre os conceitos de satisfação e qualidade conjugal, é sem dúvida uma das questões que merece atenção quando se pretende realizar um trabalho com rigor nesta área. Enquanto a qualidade conjugal se relaciona com o desempenho na e da relação (mais objectivo, observável), a satisfação, em contrapartida, resulta de uma avaliação pessoal e subjectiva, imbuída de processos cognitivos, em particular das percepções de cada cônjuge relativamente ao parceiro e à relação (Narciso, Costa & Prata, 2002). Por outras palavras, corresponde a um estado interno, o qual depende da avaliação que o indivíduo faz da relação quanto a: factores inter-intrínsecos (amor), factores inter-extrínsecos (funcionalidade) e à valência que lhes atribuí (Narciso, 1994/95). Não obstante, são dois conceitos com uma enorme interdependência entre si, podendo inferir-se a satisfação a partir da qualidade conjugal.

A satisfação conjugal (processo não linear, marcado por um desenvolvimento evolutivo, onde o tempo se torna uma questão nodal) (Narciso et al., 2002) está dependente de um conjunto de factores que se podem agrupar em duas categorias: os

factores centrípetos³, que produzem e são produzidos na relação; e os factores centrífugos (factores contextuais e factores pessoais), que embora não sejam produzidos na relação, a influenciam.

Parentalidade

... “Conjunto de acções encetadas pelas figuras parentais (pais ou substitutos) junto dos seus filhos no sentido de promover o seu desenvolvimento da forma mais plena possível, utilizando para tal os recursos de que dispõe dentro da família e, fora dela, na comunidade”.

(Cruz, 2005, p. 13).

A *parentalidade*⁴, que tem sido, ao longo do tempo, analisada em função das características dos pais, das crianças e de factores contextuais extra-familiares, é encarada por alguns autores (e.g. Zigler, 1995, citado por Cruz, 2005, p. 14) como sendo “a tarefa mais desafiante e complexa da idade adulta”. Como tal, prevê a transição da família para um nível superior – produzindo alterações nos padrões de vida, associadas a profundas mudanças pessoais, conjugais, familiares e sociais para os indivíduos e outros significativos, com implicações importantes para o bem-estar e saúde (Berman & Pedersen, 1987; Michaels & Goldberg, 1988; Palkovitz & Copes, 1988, citado por Levy-Shiff, Goldshmidt & Har-Even, 1991; Mercer, Ferketick, & DeJoseph, 1993; Schumacher & Meleis, 1994, citado por Elek, Hudson & Bouffard, 2003; Schulz, Cowan & Cowan, 2006) – nível esse que inclui a integração de um novo

³ Ver *Anexo I*

⁴ Inerentes a este domínio estão também as definições de funções e papéis exercidos pelos pais (Bornstein, 2002; Palacios & Rodrigo, 1998; Parke & Buriel, 1998, citado por Cruz, 2005): 1ª Função – Satisfação das necessidades mais básicas de sobrevivência e saúde; 2ª Função – Disponibilização à criança de um mundo físico organizado e previsível; 3ª Função – Resposta às necessidades de compreensão cognitiva das realidades extra-familiares; 4ª Função – Satisfação das necessidades de afecto, confiança e segurança; e 5ª Função – Satisfação das necessidades de interacção social da criança e sua integração na comunidade // 1º Papel – Pais actuam como parceiros de interacção; 2º Papel – Pais actuam como instrutores directos (mais didáctico); 3º Papel – Preparação e disponibilização de oportunidades de estímulo e aprendizagem em contextos extra-familiares.

elemento e, por conseguinte, uma adaptação e reorganização do sistema, no sentido de restabelecer o seu equilíbrio.

Ser Pai e Mãe é especialmente crítico, dado que “antes de assumir o papel de marido e mulher, a pessoa já tem uma noção das características do futuro cônjuge (...), que afectarão as recompensas e custos do casamento. Contudo, antes de assumir o papel de pai e mãe, o casal não tem ideia das características comportamentais do seu filho (...) que afectarão as recompensas e os custos da parentalidade” (Kurdek, 1996, p. 339).

Uma das variáveis mais estudadas no domínio da parentalidade diz respeito aos *Estilos Parentais*. E aqui importa referir o trabalho proposto por Darling e Steinberg (1993) relativamente à distinção entre este conceito e o de práticas educativas parentais. De acordo com os mesmos autores, os estilos parentais, em análise no presente trabalho, definem-se como uma constelação de atitudes face às crianças, às quais são comunicadas e que, no seu conjunto, criam um clima emocional no qual se expõe o comportamento dos pais, revelando, assim, a qualidade das interacções ao longo de diversas situações, independentemente do conteúdo dos comportamentos.

O conceito, não sendo análogo ao de práticas parentais (comportamentos específicos, dirigidos para objectivos através dos quais os pais desempenham os seus deveres parentais) pode ser depreendido a partir destas, mas também de outros aspectos do comportamento parental, que transmitem uma atitude afectiva. Assim sendo, o *estilo parental* comunica à criança a atitude dos pais relativamente a esta e não em relação ao seu comportamento (Pereira, 2007).

Os primeiros estudos sobre o tema remetem para a década de 40, tendo sido Baldwin o seu principal autor (Cruz, 2005). Não obstante, uma das tipologias mais conhecidas de *estilo parental* foi desenvolvida por Diana Baumrind, com base nessas investigações iniciais. No seu estudo (Baumrind, 1967, citado por Cruz, 2005), que partiu da identificação de padrões consistentes segundo os quais se organiza o comportamento das crianças, definiu, respectivamente, três padrões educativos parentais⁵: Autoritário, Autoritativo e Permissivo.

⁵ Estilo Autoritário – representado por elevado controlo e baixa responsividade, caracteriza os pais como tendo elevadas expectativas de conformidade e cumprimento das regras parentais. Estes esperam muito dos seus filhos, mas não explicam regras nem promovem a comunicação com as crianças. Estilo centrado no adulto, em que os pais respondem ao comportamento das crianças de acordo com as suas próprias necessidades, impondo um controlo restritivo ou exibindo pouco interesse nestas, nas suas opiniões ou sentimentos, desencorajando a sua independência e

Cada estilo varia num contínuo de duas⁶ dimensões importantes na parentalidade – a responsividade parental e o controlo parental (Maccoby & Martin, 1983, citado por Jensen, Pyle, Grimes & Trinh, 2007). A primeira refere-se ao grau de afecto positivo presente nas relações pais - filhos (Carlo, McGinley, Hayes, Batenhorst & Wilkinson, 2007; Metsäpelto, Pulkkinen & Poikkeus, 2001), onde os pais, intencionalmente, promovem a individualidade, auto-regulação e assertividade nas crianças. Enquanto construto multidimensional, diz ainda respeito à extensão em que os pais promovem uma autonomia sustentada e se abstêm do uso de técnicas parentais manipuladoras (Duriez, Soenens & Vansteenkiste, 2007).

individualidade. Valorizam a obediência como virtude, bem como a punição no sentido de restringir a vontade própria da criança (Cruz, 2005) e tentam moldar, controlar e avaliar o comportamento e as atitudes dos filhos, de acordo com padrões de conduta teologicamente motivados ou desenvolvidos por uma autoridade elevada (Baumrind, 1968, citado por Baumrind, 1971).

Estilo Autoritativo – define-se por elevado controlo e elevada responsividade, no qual os pais, em contraste com o estilo anterior, tentam orientar as actividades dos filhos, embora de forma racional, promovendo a adaptação social e o desenvolvimento de competências na criança (Baumrind, 1971; Maccoby e Martin, 1983, citado por Darling & Steinberg, 1993). Estes comunicam expectativas, permitindo um diálogo sobre regras e comportamentos e estimulam, ainda, a criança a ser independente, permitindo por parte desta uma exploração mais livre. É um modelo que, caracterizado pelo afecto positivo, se centra na criança, respeitando os seus interesses individuais – embora reconheça os direitos dos pais enquanto adultos, existindo uma reciprocidade nos compromissos assumidos (Cruz, 2005). São pais firmes na aplicação do controlo e da disciplina, embora mostrem alguma razão e flexibilidade. Não baseiam as decisões no consenso do grupo ou nos desejos individuais da criança, mas, simultaneamente, não se consideram infalíveis ou detentores de uma verdade absoluta (Baumrind, 1968, citado por Baumrind, 1971). São exigentes, mas também responsivos afectiva e cognitivamente

Estilo Permissivo – caracterizados por baixo controlo e elevada responsividade, estes pais revelam um comportamento não punitivo, aceitante e afirmativo relativamente aos impulsos, desejos e acções das crianças (Baumrind, 1968, citado por Baumrind, 1971), fazendo poucas exigências e permitindo, frequentemente, que estas expressem livremente ou auto-regulem os seus sentimentos. Não encorajam a obediência de padrões externamente definidos e utilizam pouca disciplina, pouca maturidade e convencionalismo, evitando o confronto com o comportamento problemático, o exercício do controlo e o uso do poder para conseguir os seus fins (Cruz, 2005).

⁶ Contudo, mais recentemente, alguns autores (e.g Galambos, Barer & Almeida, 2003; Grolnick & Gurland, 2002; Stewart & Bond, 2002, citado por Pereira, 2007) têm defendido a existência de três dimensões, motivada pela distinção de duas formas principais de controlo: psicológico (*controlo intrusivo e coercivo com recurso a técnicas de manipulação da emoção e interfere no desenvolvimento psicológico e emocional da criança*; Barber, 1996; Steinberg, 2005, citado por Pereira, 2007) e comportamental (referente a *comportamentos dos pais que procuram controlar ou gerir o comportamento da criança*, e que se manifestam através de um conjunto diverso de acções; Cummings et al., 2000, citado por Pereira, 2007).

O controlo parental, em contrapartida, equivale a estratégias parentais activas que envolvem, por um lado, a comunicação de expectativas e limitações no que respeita a comportamentos apropriados, e por outro, um esforço de monitorar o comportamento da criança (Barber, 2002, citado por Duriez et al., 2007). Desempenha, desta forma, uma função primordial na socialização da criança (Cummings et al., 2000; Maccoby & Martin, 1983, citado por Pereira, 2007), promovendo a conformidade e a aceitação das regras e normas sociais.

De acordo com os estudos de Baumrind (1966, 1967, 1991, 1996, citado por Gfroerer, Kern & Curlette, 2004), os dados apoiam o efeito benéfico de um estilo parental autoritativo. A autora ressalva que "os adolescentes provenientes de famílias autoritativas demonstram mais competência social, maturidade e optimismo" (Bower, 1989, citado por Gfroerer et al., 2004), defendendo, ainda, uma influência positiva, deste estilo em particular, ao longo de características como o género, etnia, estatuto socioeconómico, estrutura familiar e tempo. Similar a estes resultados, estão outras investigações (e.g. Amato & Booth, 1997, Baumrind 1971, Maccoby & Martin, 1983, McLeod et al., 1994, Thomson, Hanson & McLanahan, 1994, citado por Wilcox, 1998) que sustentam melhores efeitos do estilo autoritativo na formação dos filhos, nomeadamente, melhor desempenho escolar (Cohen & Rice, 1997; Dornbusch et al., 1987; Steinberg et al., 1995, citado por Weber, Prado, Viezzer, Brandenburg, 2004), alto índice de competência psicológica e baixo índice de disfunção comportamental e psicológica (Lamborn et al., 1991, citado por Weber et al., 2004),

Na tentativa de conciliar a abordagem configuracional de Baumrind com esforços anteriores de definir o comportamento parental, Maccoby e Martin (1983; citado por Pereira, 2007) propuseram um esquema de classificação, que originou quatro padrões parentais educativos⁷. E concordante com os resultados supracitados, também eles concluíram que crianças educadas segundo um estilo autoritativo apresentam pontuações mais elevadas numa variedade de medidas de competência, realização, desenvolvimento social, auto-percepção e saúde mental.

Retomando o objectivo essencial da presente dissertação, não podemos perder de vista que, apesar da similitude de experiências entre os dois tipos de família (biológica e

⁷ Apoiante com autoridade (↑ Responsividade; ↑ Controlo); Autoritário (↓ Responsividade; ↑ Controlo); Indulgente (↑ Responsividade; ↓ Controlo); Negligente (↓ Responsividade; ↓ Controlo)

adoptiva), se torna premente clarificar as particularidades associadas a estas duas realidades. É necessário aceitar como diferentes as características da vida familiar em circunstâncias adoptivas, pois também diferente é o caminho que estas famílias percorrem na concretização do sonho de ser pai/mãe.

Partindo do princípio que o papel dos pais não se resume à satisfação das necessidades biológicas, não é exequível negar a importância da parentalidade biológica. Contudo, esta torna-se insuficiente para definir a função de parentalidade (Alarcão & Relvas, 2002). Como tal, é também tarefa dos pais suprir as necessidades psicológicas das crianças *de se sentirem amadas, estimuladas* e, sobretudo, a necessidade de um sentimento de continuidade de vida (Tsiantis, 1991, citado por Ferreira et al., 2004) – função desempenhada igualmente pela parentalidade adoptiva. Porém, este modelo de parentalidade vê-se confrontado com algumas especificidades e tarefas próprias inerentes ao ciclo de vida (Brodzinsky et al., 1998, citado por Ferreira et al., 2004).

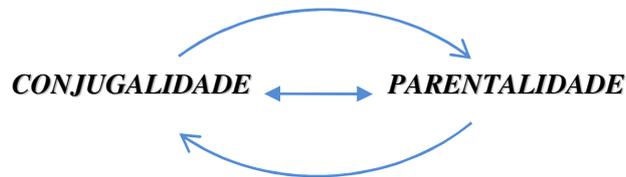
A transição para uma parentalidade adoptiva, geralmente abrupta não envolvendo um processo gradual com o papel parental (Levy-Shiff, Goldshmidt & Har-Even, 1991), submete o casal a conhecer e a aceitar a sua própria infertilidade (factor mais preponderante na opção por esta via) e a lidar com o estigma social inerente à adopção, que atenua o suporte social e emocional da família alargada (Bornstein, 1995, citado por Ferreira et al., 2004).

Adicionando a estas preocupações, incertezas e ansiedades intrínsecas ao processo, estes casais enfrentam ainda o momento da revelação à criança da sua condição de adoptada (quando e como fazê-lo) e questões ligadas não só à procura das origens, como também às experiências de abandono e privação vividas por estas crianças – que forçosamente serão projectadas na relação que irá estabelecer com os seus novos pais (Brodzinsky, Smith & Brodzinsky, 1998, citado por Ferreira et al., 2004). Sendo que, todos estes aspectos poderão, de forma mais ou menos significativa, contribuir para um aumento do stress conjugal. De acordo com alguns autores (e.g. Berg & Wilson, 1991; Connolly et al., 1987; Downey & McKinney, 1992; Jirka et al., 1996; Kedem et al., 1990; Wright et al., 1991, citado por Davis, Sandelowski & Harris, 1998), durante tratamentos de infertilidade, os casais experimentam sintomas físicos e psicológicos, estando também a infertilidade associada a aspectos como o stress, alteração do funcionamento normal e mudanças cíclicas nos estados físico e psicológico

(Abbey et al., 1991; Imeson & McMurray, 1996; Leiblum et al., 1987; Sherrod, 1995, citado por Davis et al., 1998).

As dificuldades acrescidas desta forma de parentalidade mantêm-se no tempo, pela readaptação obrigatória na vida familiar e rotina diária, dando origem a novas emoções e preocupações, sobretudo no que concerne à saúde e bem-estar do filho (Ferreira et al., 2004), pela sua história passada.

Deste modo, visando o propósito de analisar a relação entre as variáveis acima descritas, comparando a realidade biológica e adoptiva, revela-se importante justificar, com base literatura, a pertinência de tal objectivo.



Um Ciclo Contínuo de Influências Mútuas...

A literatura existente sobre o tema é ampla e contém inúmeros exemplos de investigações que suportam a ideia de um declínio na satisfação conjugal após o nascimento do primeiro filho (e.g. Belsky & Kelly, 1994; Cox et al., 1999; Shapiro et al., 2000, citado por Guttman & Lazar, 2004). Desta forma, pareceu relevante verificar se essa diminuição da satisfação no subsistema conjugal afecta, ou não, a satisfação no subsistema parental e, conseqüentemente, a adequação dos estilos parentais praticados, em amostras portuguesas, comparando famílias biológicas e adoptivas. Pois, a literatura também evidencia efeitos directos do comportamento parental no futuro comportamento e desenvolvimento da personalidade dos filhos, bem como uma influência crucial na transmissão de valores e normas, e sua conseqüente aquisição por parte das crianças (e.g. Adler, 1927, citado por Gfroerer, Kern & Curlette, 2004; Collins et al., 2000, Cummings et al., 2000, Maccoby e Martin, 1983, citado por Pereira, 2007; Kuczynski & Grusec, 1997, citado por Cruz, 2005).

Porém, não podemos esquecer que a adequação dos estilos não se deve exclusivamente a uma percepção da satisfação conjugal, dependendo também de um conjunto de fontes de influência do comportamento parental (Belsky, 1984, 1993, citado por Pereira, 2007), nomeadamente: a) a história de desenvolvimento e os recursos psicológicos dos pais; b) a criança e suas características – sendo esta um agente activo do seu desenvolvimento, que como tal também influencia o comportamento parental; e c) o suporte social e as fontes de stress⁸. Neste sentido, o papel da relação entre o casal foi enfatizado pelo autor enquanto fonte primária de apoio para a parentalidade, apresentando, por isso, um maior potencial para exercer efeitos positivos ou negativos.

Concordante com tais argumentos, algumas investigações (e.g. Belsky & Fearon, 2004, citado por Pereira, 2007), indicam que *níveis elevados de funcionamento na relação conjugal estão associados a um desempenho mais competente das funções parentais*. Na mesma linha também se inserem os estudos de Cox e Paley (2003, citado por Pereira, 2007) que sustentam que a relação pais - filhos e o modo como esta afecta o desenvolvimento da criança depende de outros factores que se encontram para além do subsistema parental.

Acentuando os princípios de uma perspectiva sistémica⁹ de família, os dados obtidos pelos autores apontam para o facto da relação conjugal e, especificamente, o conflito conjugal afectar a relação entre pais e filhos – que será também influenciada pelo contexto cultural mais alargado onde a família está inserida (Cox e Paley, 1997, citado por Pereira, 2007).

Corroborando a relação dos conceitos abordados na presente investigação, encontram-se outros estudos (e.g. Cowan and Cowan, 1992, citado por Guttmann & Lazar, 2004), segundo os quais casais que são pais pela primeira vez, vêm-se a par com a competição entre os seus papéis conjugais e parentais, o que acaba por contribuir para o, já referido, declínio na satisfação conjugal. Pois os padrões diádicos e pessoais (de comportamentos, hábitos e estratégias de resolução de problemas) existentes, tornam-se obsoletos, enquanto os novos implicam aprendizagem e adaptação. Como tal, estas

⁸ Neste sentido, Belsky (1984, citado por Pereira, 2007) destaca como tipos importantes de suporte: o apoio emocional, a ajuda instrumental e o fornecimento de expectativas sociais acerca do que é o comportamento aceitável; e como fontes de apoio: a relação conjugal (que só será um apoio se for percebida e efectivamente positiva), a rede de suporte mais alargada e o contexto laboral.

⁹ Esta perspectiva sistémica (segundo a qual os diferentes elementos são interdependentes e se influenciam reciprocamente) concebe a família como um todo organizado com propriedades específicas; com uma determinada estrutura hierárquica; e com uma capacidade adaptativa de auto-organização.

mudanças¹⁰ “afectam a interacção, o funcionamento, os papéis e níveis de conflito entre o casal, e, portanto, a satisfação com o seu casamento” (Guttmann & Lazar, 2004, p. 147).

Algumas investigações, por sua vez, identificam como razão principal para este declínio, o facto do casal sentir que caminha em direcções opostas: já que, a divisão das tarefas domésticas se torna mais tradicional – focando-se os homens na tarefa de fornecer suporte económico e as mulheres na vida doméstica (Cowan & Cowan, 1990; Cowan & Cowan, 2000, citado por Hawkins, Fawcett, Carroll & Gilliland, 2006).

Portanto, ser pai e mãe acarreta (segundo Belsky & Kelly, 1994; Belsky & Pensky, 1988; Belsky, Spanier, & Rovine, 1983, citado por Hawkins et al., 2006), uma diminuição dramática nas interacções conjugais positivas, um aumento considerável no conflito conjugal e, à semelhança de outros resultados, um declínio na satisfação marital. Isto porque, a chegada de um novo elemento, a sua adaptação e todas as responsabilidades associadas ao seu cuidado exigem maior atenção e disponibilidade, o que acaba por interferir com o subsistema conjugal (Belsky, Spanier, & Rovine, 1983; McHale & Huston, 1985, citado por O’Brien & Peyton, 2002), lesando-o caso este não tenha competências para lidar com a situação (Narciso, 1994/95).

Uma outra questão de relevante abordagem (articulada com o tema embora não faça parte dos objectivos estabelecidos na presente dissertação) relaciona-se com as diferenças na satisfação conjugal e parental, percebidas por mães e pais. Neste sentido, algumas investigações (e.g. Cleary, 2003) admitem o facto de que tanto para as mães como para os pais, elevados níveis de satisfação conjugal, quando existem, se associam a uma percepção do cônjuge como mais apoiante na parentalidade – contrariando, assim, a ideia de que as mães investem e retiram mais satisfação da parentalidade.

Não obstante, há dados que suportam a concepção de que as mães fornecem a maioria dos cuidados aos filhos podendo influenciá-los de modo diferente, quando em

¹⁰ Tome-se em consideração que o stress na relação de casal tem demonstrado ser um importante factor de risco em termos de saúde física e mental (Pihet, Bodenmann, Cina, Widmer & Shantinath, 2007), podendo afectar directa ou indirectamente a eficácia e a adequabilidade de uma parentalidade responsiva. Neste sentido, alguns estudos (e.g. Emery & O’Leary, 1982; Grych & Fincham, 1990; Jouriles, Bourg, & Farris, 1991; Kazdin, 1987; Reid & Crisafulli, 1990, citado por Webster-Stratton & Hammond, 1999), argumentam uma correlação entre a percepção de uma reduzida satisfação conjugal com uma variedade de consequências negativas nos filhos, particularmente, problemas de conduta.

comparação¹¹ com os pais (Aldous, Mulligan, & Bjarnason, 1998, citado por O’Leary & Vidair, 2005). Parece ser também diferente o grau em que ambos se tornam confortáveis e satisfeitos com as tarefas parentais (Brage Hudson, Elek, & Fleck, 2001; Watson, Watson, Wetzel, Bader, & Talbot, 1995, citado por Elek et al., 2003), não desempenhando o sexo dos filhos qualquer papel relevante em termos dos estilos parentais praticados¹² (Aluja, Del Barrio & Garcia, 2006)

Com o propósito de uma comparação entre famílias biológicas e adoptivas, em termos dos argumentos supramencionados (que referem a mutualidade de influências nos domínios da conjugalidade e da parentalidade), segue-se um resumo dos principais resultados existentes na literatura acerca do modo com a conjugalidade e a parentalidade são vivenciadas em famílias adoptivas.

Estas famílias, não só revelam uma manutenção de “relações mais positivas e democráticas com os seus filhos” (Palacios & Sánchez-Sandoval, 2005; Palacios, Sánchez-Sandoval & Sánchez-Espinosa, 1996, citado por Muñoz, Rebollo, Fernández-Molina & Morán, 2007), como também uma satisfação conjugal mais elevada, quando comparadas com famílias de sujeitos não inférteis (Peterson, Newton & Rosen, 2003). Nesse sentido, é de esperar que também a satisfação parental¹³ seja elevada, traduzindo-

¹¹ Consulte-se, por exemplo, Faulkner, Davey e Davey (2005), cujas investigações assumem que ter crianças com menos de 18 anos prediz uma diminuição da satisfação conjugal por parte do marido, ao longo do tempo. Tal situação pode dever-se à maior dificuldade por parte dos homens em lidar com as especificidades da adolescência, ou, de acordo com o mesmo estudo, ao facto das mulheres serem socializadas para se tornarem os “barómetros das relações”, lidando, deste modo, mais facilmente com os problemas – particularmente relacionados com a educação dos filhos.

¹² Paralelamente, no sentido de melhor compreender a influência dos subsistemas conjugal e parental, e a sua relação, no posterior comportamento e desenvolvimento dos filhos, convém tomar em linha de conta a transmissão intergeracional dos padrões associados a esses domínios. Destaca-se, aqui, o estudo de Belsky, Youngblade e Pensky (1990, citado por Oliveira, Marin, Pires, Frizzo, Ravello, Rossato, 2002), segundo o qual a qualidade da relação conjugal se apresenta como um importante factor de protecção para mães cuja infância foi marcada pela rejeição e falta de apoio parentais. O estudo defende que lembranças de rejeição e falta de apoio vivenciados na infância se reflectem negativamente na emocionalidade materna relativamente à criança, quando a qualidade conjugal também é percebida como pouco positiva. Sendo que, quando a qualidade conjugal é percebida como muito positiva, as lembranças de rejeição ou falta de apoio não se reflectem na emocionalidade materna actual.

¹³ Coincidente com os resultados de Marquis e Detweiler (1985, citado por Muñoz et al., 2007), os adolescentes adoptados vêem os pais como mais afectuosos, protectores, comunicativos e apoiantes, e menos críticos e rígidos, relativamente aos adolescentes não adoptados. Também Fuentes et al. (2001, citado por Muñoz et al., 2007), concluiu que, perante situações hipotéticas de conflito entre pais e filhos, 52,9% das famílias adoptivas utilizavam estratégias do tipo democrático; 17,6% de tipo autoritário; 23,5% de tipo democrático e autoritário, e 5,8% de tipo democrático e permissivo.

se num clima familiar mais positivo para o desenvolvimento dos filhos (Rosenthal & Groze, 1994; citado por Muñoz et al., 2007).

Como já referido, a infertilidade é a principal razão que fundamenta a escolha pela adoção, mas quando nesta situação somente um membro é o “responsável”, isso desencadeia problemas conjugais, que se traduzem numa diminuição do diálogo entre o casal (Diniz, 1993, citado por Ferreira et al., 2004). Tal repercute-se numa diminuição da satisfação conjugal e sexual (Berg & Wilson, 1991; Greil et al., 1989; Connolly et al., 1987; citado por Davis, Sandelowski & Harris, 1998), pois estes casais investem muito dos recursos psicológicos e financeiros de que dispõem tentando engravidar (Sandelowsky et al., 1989; citado por Davis et al., 1998), em detrimento do investimento na relação conjugal.

Ainda assim, da mesma forma que estas dificuldades podem suscitar problemas a nível conjugal (e que numa fase posterior se repercutirão na relação com os filhos), podem também promover maior proximidade e apoio entre o casal, que, neste sentido, se apresenta mais confortável com os seus próprios sentimentos e mais capaz de proporcionar uma atmosfera securizante, que valorize a criança sempre que esta questione ou comunique fantasias sobre a sua própria história (Silin, 1996). É aprendendo a lidar com as ambiguidades, assumindo e aceitando a sua especificidade, que as famílias adoptivas terão sucesso na forma como cumprem as tarefas do ciclo vital, por forma a atingir objectivos e a superar dificuldades (Relvas & Alarcão, 2002; citado por Fonte, 2004).

... ou Processo Natural?

Para além dos estudos que apoiam a relação entre os domínios considerados no presente trabalho, e conseqüentemente, a hipótese de declínio na satisfação conjugal durante a transição para a parentalidade, surgem também autores que assumem a possibilidade de tal declínio não se dever, na sua totalidade, ao nascimento do primeiro filho (e.g., McHale & Huston, 1985; White & Booth, 1985, citado por Guttmann & Lazar, 2004). Por exemplo, Clulow (1991, citado por Guttmann & Lazar, 2004, p.148) argumenta que “a corrosão do tempo pode explicar alguma da diminuição na satisfação conjugal” e que a chegada de uma criança apenas acelera um processo natural. Outros

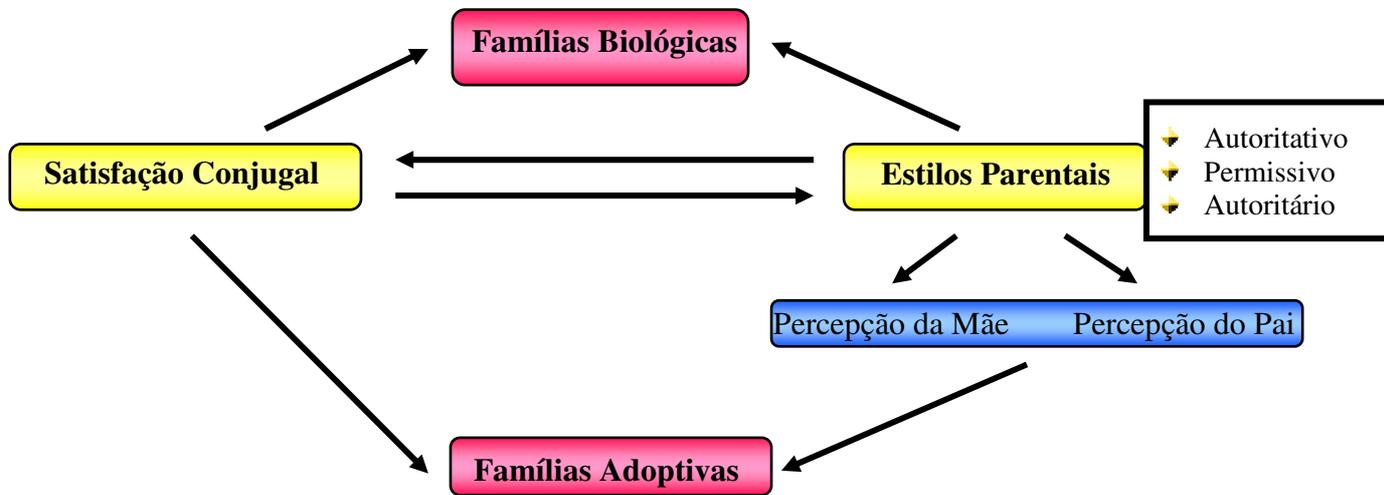
autores (Cowan & Cowan, 1988; Wright, Henggeler, & Craig, 1986, citado por Shapiro, Gottman & Carrère, 2000) defendem também que nem todos os casais se tornam menos satisfeitos com o seu casamento durante a transição para a parentalidade¹⁴.

No entanto, é importante realçar que, como contra partida ao facto da parentalidade provocar uma diminuição na satisfação conjugal, casais sem filhos não garantem estabilidade e satisfação conjugal (Shapiro et al., 2000).

A presente dissertação debruça-se, em particular, sobre a influência da satisfação conjugal na parentalidade e não o inverso, pois, de acordo com alguns estudos: quanto mais satisfeito está o futuro pai em relação ao seu casamento, mais tempo de qualidade passará com o seu filho (Lee & Doherty, 2007). Estes dados apoiam algumas teorias (Doherty et al., 1998, citado por Lee & Doherty, 2007), segundo as quais o ambiente familiar que mais suporta a parentalidade é um casamento afectuoso e colaborativo, cuja qualidade e satisfação influenciam fortemente essa mesma parentalidade. Assim, casais que fazem uso da empatia, do humor e de comportamentos não verbais positivos, por exemplo, tendem a manter a estabilidade do casamento ao longo do tempo (Gottman, 1994, citado por Curran, Hazen, Jacobvitz, & Sasaki, 2006), mostrando-se esta ligação emocional positiva e relevante na transição para a parentalidade – durante a qual os pais lidam com a divisão dos cuidados à criança e do trabalho doméstico (Cowan & Cowan, 2000, citado por Curran et al, 2006), disponibilizando menos tempo para as actividades de casal.

¹⁴ Abidin (1992, citado por McBride & Rane, 1998), por sua vez sustenta a ideia de que a avaliação do comportamento parental pode pressupor o envolvimento e a funcionalidade de ambos os pais, sem que necessariamente estes estejam satisfeitos com a sua relação conjugal – pelo que a concordância entre estilos parentais pode ou não existir independentemente da percepção de uma boa satisfação conjugal.

II. Processo Metodológico



2.1 Objectivos Gerais e Específicos

O objectivo primordial da presente dissertação consiste em averiguar a relação entre os domínios da conjugalidade e da parentalidade, através de variáveis específicas como a satisfação conjugal e os estilos parentais, em amostras portuguesas e comparando duas realidades distintas: famílias com filhos biológicos e famílias com filhos adoptados. Desta decorre, ainda, em termos metodológicos, a contribuição para o estudo de validação dos instrumentos aplicados.

De acordo com dados referenciados na literatura é, então, de esperar maior facilidade em conjugar estilos parentais divergentes, maior satisfação parental e igualmente uma percepção do cônjuge como mais apoiante no desempenho das funções parentais, perante a percepção de elevada satisfação conjugal; do mesmo modo, também é esperada uma maior dificuldade na conciliação de estilos parentais opostos, e, portanto, menos satisfação parental, quando também a satisfação conjugal é menor.

Com base em alguns estudos: a) *relações conjugais mais harmoniosas estão associadas a um comportamento parental mais sensível e a relações mais afectuosas entre pais e filhos* (Gable et al., 1992, citado por Pereira, 2007), promovendo melhores resultados nas crianças, tais como vinculação segura e competência interpessoal (Gable,

Crnic & Belsky, 1994); e b) *maior discórdia e conflito entre pais estão associados a menor afecto e maior rejeição, a um inadequado controlo comportamental e a um maior controlo psicológico* (Belsky & Jafee, 2006, citado por Pereira, 2007).

Inversamente, da mesma forma que a relação existente no subsistema conjugal pode beneficiar da experiência parental, demasiada assistência na parentalidade pode provocar num dos cônjuges a sensação de que o outro não acredita nas suas capacidades enquanto pai / mãe (Gable et al., 1994). Assim, todo o *stress parental* (enquanto resultado de uma discrepância percebida entre as exigências da parentalidade e os recursos pessoais) pode ser experienciado em várias áreas da vida (Essex, Klein, Cho & Kalin, 2002; Östberg, Hagekull & Wettergren, 1997, citado por Östberg, Hagekull & Hagelin, 2007), incluindo a conjugalidade.

No caso das famílias adoptivas é, ainda, espectável que, mesmo sofrendo um maior desgaste ao nível da satisfação conjugal, que por si só diminui com a transição para a parentalidade, exista um maior apoio mútuo que, associado à forte motivação para colmatar o desejo de ser pai/ mãe, facilita a superação dos obstáculos (estes incluem, por exemplo, todos os momentos desde a descoberta de um quadro de infertilidade, passando pelas desilusões dos tratamentos, quando são uma opção, até à decisão de adoptar uma criança). Ainda assim, superando as adversidades, resignando-se e aceitando a sua situação, estas famílias não deixam de sentir a consciência da perda – perda da capacidade de formar família através do nascimento; perda da continuação do *self* e de laços biológicos e perda do controlo sobre o próprio destino.

Assim sendo, os objectivos específicos consistem em:

- a) Analisar a percepção da satisfação conjugal actual de participantes adultos casados com filhos biológicos;
- b) Analisar a percepção da satisfação conjugal actual de participantes adultos casados com filhos adoptados;
- c) Analisar a percepção dos estilos parentais praticados por participantes adultos casados com filhos biológicos;
- d) Analisar a percepção dos estilos parentais exercidos por participantes adultos casados com filhos adoptados;

- e) Analisar as relações de associação ou causalidade entre a satisfação conjugal actual e os estilos parentais de participantes adultos casados e participantes adoptantes, ambos com filhos;
- f) Contribuir para o estudo psicométrico do *Questionário de Dimensões e Estilos Parentais* (QDEP);
- g) Contribuir para o estudo psicométrico da *Escala de Avaliação da Satisfação em Áreas da Vida Conjugal* (EASAVIC).

2.2 Questões de Investigação

Concretamente, os objectivos mencionados traduzem-se em perceber se:

- 1) Existem diferenças no que concerne ao nível de satisfação conjugal percebida por casais com filhos biológicos e adoptivos?
- 2) Quais os estilos parentais exercidos por pais biológicos e adoptivos? São distintos?
- 3) Verifica-se uma relação entre as variáveis estudadas, tal como indica a revisão de literatura apresentada? Em caso afirmativo:
 - a) Podemos associar níveis mais baixos de satisfação conjugal à prática de estilos parentais mais desadequados, no caso das famílias biológicas?
 - b) Observa-se uma associação entre satisfação conjugal positivamente percebida e estilos parentais mais adaptados, em famílias adoptivas? (Uma vez que como notado, famílias em circunstâncias adoptivas são mais ajustadas em termos do domínio da parentalidade).

2.3 Estratégia Metodológica

2.3.1. Selecção da Amostra

A fim de alcançar os objectivos previamente estabelecidos, os quais pretendem uma comparação das variáveis em estudo, foram recolhidas e analisadas duas amostras: uma constituída por famílias adoptivas e outra composta por famílias biológicas (amostra de controlo). Perante a desigualdade na composição das duas amostras, tentou criar-se uma dentro da amostra de controlo que fosse compatível com a da adopção, em

termos de características gerais. Nesse sentido procedeu-se a uma selecção aleatória dos 652 indivíduos que a compunham [pertencentes a uma investigação¹⁵ levada a cabo pelo núcleo de Psicologia Clínica Sistémica (2007/2008) da Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade de Lisboa, na qual a autora também participou] e a um ajuste de valores em algumas categorias respeitantes às variáveis demográficas¹⁶ consideradas. Note-se que se tratam de amostras de conveniência, recolhidas de acordo com a sua acessibilidade, sendo que a correspondente às famílias adoptivas foi recolhida no âmbito do estágio académico, na sequência de um estudo follow-up.

Amostra “Famílias Adoptivas”

A amostra da adopção é constituída na sua totalidade por 72 sujeitos, dos quais 50% (N=36) são do sexo feminino, pertencendo a outra metade (N=36) ao sexo masculino. A maioria dos participantes é caucasiana (91,7%), e situa-se, em termos de idade, na faixa etária dos 40-49 anos de idade (54,2%). Cerca de setenta e dois por cento da amostra regista uma formação ao nível do ensino superior (N=52), incluindo-se, a maioria, no nível socioeconómico médio-alto e alto (72,2%). Como seria de esperar, estas famílias residem maioritariamente na zona da Grande Lisboa (77,8%), pois também a maior parte pertence ao universo de famílias que adoptaram entre os anos 2000 e 2003, através do Serviço de Adopção, da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa, que apenas estuda e avalia candidatos deste município. No que respeita ao estado civil, 4,2% da amostra está divorciada, apenas um indivíduo é solteiro (1,4%), estando os restantes 94,4% unidos pelo casamento (M = 1,08; DP=0,402). Os filhos de aproximadamente metade dos sujeitos (48,6%) encontram-se em diferentes estádios de desenvolvimento (que variam do pré-escolar à adultície) e os agregados familiares constituem-se na sua maioria pela família nuclear (91,7%) – apenas 4,2% da amostra (N=3) corresponde a famílias monoparentais, sendo, do mesmo modo, pouco frequentes (4,2%) os agregados formados pela família nuclear mais família alargada (N=3). Nesta amostra, 84,7% dos indivíduos admite nunca ter tido acompanhamento psicológico/psiquiátrico e apenas 1,4% afirma ter actualmente este tipo de

¹⁵ Dado que a investigação (orientada por Narciso & Ribeiro, 2008 e que se debruça sobre o estudo da Conjugalidade/ Parentalidade) está em curso, não existe, até ao momento, qualquer publicação sobre a mesma.

¹⁶ Nomeadamente, foram reduzidas frequências nas variáveis *Escolaridade*, *Origem Étnica*, *Idade*, *Tempo de Casamento* e *Idade dos Filhos*.

acompanhamento. Em termos de religiosidade, os participantes são na sua maioria crentes (73,6%), dos quais, 66,7% preconiza o catolicismo.

Quadro 1: Descrição da Amostra “Famílias Adotivas” (Anexo II)

		Frequência	Porcentagem	Média	Desvio-Padrão
Sexo	Masculino	36	50.0	0.50	0.504
	Feminino	36	50.0		
	Total	72	100		
Origem Étnica¹	Caucasiana	66	91.7	1.14	0.597
	Caucasiana-Africana	2	2.8		
	Outra	2	2.8		
	Total	70	97.2		
Idade	20-29	1	1.4	3.18	0.718
	30-39	9	12.5		
	40-49	39	54.2		
	50-59	22	30.6		
	60-69	1	9.4		
	Total	72	100		
Profissão/Ano Escolar	Nível Socio-Econ Baixo	9	12.5	2.60	0.705
	NSE Médio	11	15.3		
	NSE Médio-Alto e Alto	52	72.2		
	Total	72	100		
Estado Civil	Casado	68	94.4	1.08	0.402
	Divorciado	3	4.2		
	Solteiro	1	1.4		
	Total	72	100		
Agregado Familiar	Família Nuclear	66	91.7	1.13	0.442
	Família Nuc + Alargada	3	4.2		
	Monoparental	3	4.2		
	Total	72	100		
Idade dos Filhos	Só Pré-Escolar	2	2.8	3.71	1.337
	Só Escolar	15	20.8		
	Só Adolescentes	20	27.8		
	Mistos	35	48.6		
	Total	72	100		
Religiosidade²	Não Crente	17	23.6	2.21	0.815
	Crente Não Praticante	21	29.2		
	Crente Praticante	32	44.4		
	Total	70	97.2		
Religião³	Católica	48	66.7	1.25	0.673
	Outra	7	9.7		
	Total	55	76.4		

¹ missing values = 2

² missing values = 2

³ missing values = 17

Amostra Controlo: “Famílias Biológicas”

Como já relatado, a amostra respeitante às famílias biológicas sofreu algumas alterações com o intuito de favorecer comparações válidas entre as duas amostras, com base em perfis semelhantes. Desta forma, foram seleccionados 99 indivíduos, dos 652 iniciais, 51,5% dos quais pertencentes ao sexo feminino (N=51) e 48,5% ao sexo masculino. Em termos de idade, e à semelhança do que sucede na amostra de famílias adoptivas, esta amostra regista uma maioria de sujeitos situados na faixa etária dos 40-49 anos de idade (72,7%); sendo a esmagadora maioria dos participantes (99,0%) caucasiana. Na grande parte dos casos, os participantes apresentam uma formação académica ao nível do ensino superior (71,7%; N=71), e apenas 5,1% dos sujeitos são de nível socioeconómico baixo (N=5); dos restantes, 23,2% situa-se no nível socioeconómico médio (N=23) e a maioria (71,7%) no nível médio-alto e alto. Quase metade dos participantes (47,5%) reside na zona da Grande Lisboa. Ainda nesta amostra, 97,0% dos indivíduos são casados, sendo menor número os solteiros (N= 3; 3,0%). Em situação de união de facto estão 4,0% dos sujeitos da amostra. Tal como acontece na amostra de famílias adoptivas, a grande maioria dos agregados familiares é composta apenas pela família nuclear (89,9%) e mais de metade da amostra (53,5%) têm filhos de diferentes faixas etárias, e por conseguinte, em diferentes estádios de desenvolvimento. Em relação ao acompanhamento psicológico/psiquiátrico, 94,9% da amostra (N= 94) afirma nunca ter tido e somente 4,0% teve no passado – actualmente, apenas 1,0% dos sujeitos é seguido em consulta psicológica/psiquiátrica. Ainda, no que respeita à religiosidade, 25,3% dos participantes nega algum tipo de crença, contrastando com 73,7% da amostra que se afirma crente. Destes, a maioria (64,6%) professa a fé católica.

Quadro 1: Descrição da Amostra de Controlo “Famílias Biológicas” (Anexo III)

		Frequência	Percentagem	Média	Desvio-Padrão
Sexo	Masculino	48	48.5	0.52	0.502
	Feminino	51	51.5		
	Total	99	100		
Origem Étnica	Caucasiana	98	99.0	1.02	0.201
	Caucasiana-Africana	1	1.0		
	Total	99	100		

Idade	30-39	16	16.2	2.95	0.522
	40-49	72	72.7		
	50-59	11	11.1		
	Total	99	100		
Profissão/Ano Escolar	Nível Socio-Econ Baixo	5	5.1	2.67	0.571
	NSE Médio	23	23.2		
	NSE Médio-Alto e Alto	71	71.7		
	Total	99	100		
Situação Relacional	Casamento	95	96.0	1.04	0.198
	União de Facto	4	4.0		
	Total	99	100		
Idade dos Filhos	Só Pré-Escolar	2	2.0	3.9	1.249
	Só Escolar	13	13.1		
	Só Adolescentes	31	31.3		
	Mistos	53	53.5		
	Total	99	100		
Acompanhamento Psicológico	Nunca Teve	94	94.9	1.06	0.279
	Teve no Passado	4	4.0		
	Tem Actualmente	1	1.0		
	Total	99	100		
Religiosidade¹	Não Crente	25	25.3	2.04	0.745
	Crente Não Praticante	44	44.4		
	Crente Praticante	29	29.3		
	Total	98	99.0		
Religião²	Católica	64	64.6	1.14	0.457
	Cristã / Católica	4	4.0		
	Outra	3	3.0		
	Total	71	71.7		

¹ missing values = 1

² missing values = 28

2.3.2. Instrumentos Utilizados

No sentido de analisar a relação entre as variáveis em estudo e permitir uma comparação entre as duas amostras, aplicaram-se os mesmos instrumentos. Como tal, todos os participantes responderam à *Escala de Avaliação da Satisfação em Áreas da Vida Conjugal* (EASAVIC; ver Anexo IV) (Narciso, 2001) e a uma versão reduzida¹⁷ do *Questionário de Dimensões e Estilos Parentais* (QDEP; ver Anexo V) (Robinson, Mandelco, Olsen & Hart, 2001).¹⁸

¹⁷ Esta versão reduzida do instrumento foi cedida pelo autor, em comunicação pessoal.

¹⁸ Relativamente à análise realizada para a adaptação dos instrumentos, tendo em conta o nível ordinal dos itens, foi utilizada uma variante da análise em componentes principais sobre as ordens (ranks) dos mesmos. Desta forma, aplicou-se a teoria subjacente à análise em componentes principais a uma matriz de correlação de Spearman – análise das ordens – em vez da clássica matriz de correlações de Pearson (Lebart, Morineau & Piron, 1995). De referir, ainda, que a obtenção dos resultados finais nos estudos

Para além dos instrumentos supracitados, todos os sujeitos responderam, ainda, na fase inicial de aplicação, a um Questionário Geral de dados Sócio-Demográficos (Anexo VI). A fim de avaliar algumas características demográficas relevantes neste tipo de investigação, este abrange diversas variáveis¹⁹.

Escala de Avaliação da Satisfação em Áreas da Vida Conjugal (EASAVIC)

A construção da escala, elaborada por Narciso em 2001, parte do pressuposto que a satisfação conjugal resulta de uma avaliação subjectiva e pessoal do casamento, não devendo, por isso, ser avaliada a partir de critérios externos aos indivíduos. Como tal, trata-se de um instrumento de auto-avaliação da satisfação, que fornece indicadores da satisfação experienciada em várias áreas da vida conjugal, bem com da satisfação conjugal global (pela análise da satisfação referida na totalidade das áreas).

A escala é constituída por 44 itens, que se organizam em cinco áreas da vida conjugal relativas à dimensão Funcionamento Conjugal (funções familiares, tempos livres, autonomia, relações extra-familiares, e comunicação e conflitos) e a cinco áreas referentes à dimensão Amor (sentimentos e sua expressão, sexualidade, intimidade emocional, continuidade, características físicas e psicológicas). Sendo que, do total de itens, 16 focam-se no casal, 14 no inquirido e 14 no cônjuge. As respostas dispõem-se numa escala de tipo Likert²⁰ em seis pontos, permitindo que cada indivíduo avalie a sua satisfação entre *Nada Satisfeito* (1) e *Completamente Satisfeito* (6).

No estudo psicométrico da escala, realizado a partir da sua aplicação a uma amostra de 219 indivíduos casados, a análise factorial discriminou dois factores principais, sendo que o factor 1 agrupa os itens relativos à dimensão amor e o factor 2 agrupa os itens relativos à dimensão funcionamento (a correlação entre cada item e o respectivo factor é $>.52$ ²¹). Os coeficientes alfa encontrados para cada um dos factores

originais de ambos os instrumentos foi conseguida através das médias, pelo que a análise dos mesmos no presente trabalho se baseia igualmente numa análise de médias.

¹⁹ Estas incluem: sexo; escolaridade; origem étnica/racial; idade; profissão ou ano escolar – no caso de ser estudante; zona de residência habitual; estado civil; tempo de casamento; tempo de divórcio; habita com; situação relacional; número de casamentos anteriores; tempo de união de facto; número de uniões de facto anteriores; filhos – tipo, idade e número; gravidez; acompanhamento psicológico ou psiquiátrico; religiosidade e religião.

²⁰ *Nada Satisfeito* (1), *Pouco Satisfeito* (2), *Razoavelmente Satisfeito* (3), *Satisfeito* (4), *Muito Satisfeito* (5) e *Completamente Satisfeito* (6).

²¹ Para a excepção dos itens 6 (em relação ao factor 1), 9, 14 e 15 (para ambos os factores).

são bastante elevados ($>.90$) – indicador de elevada consistência interna. O estudo revelou, ainda, fortes índices de validade e garantia (Narciso, 2001).

A escala apresenta um conjunto de vantagens que se traduzem pelo facto de: a) permitir o estudo da satisfação conjugal através de uma auto-avaliação dos indivíduos, sem que se imponham, *a priori*, critérios externos; b) evitar uma concepção de satisfação como utopia; c) possibilitar a análise da satisfação não apenas globalmente, mas também por áreas da vida conjugal, tendo subjacente uma concepção dinâmica que compatibiliza satisfação e insatisfação; d) distinguir o foco dos itens, o que facilita um estudo de cariz mais atribucional relativamente à (in) satisfação ao longo das várias áreas; e e) considerar áreas da vida conjugal organizadas em torno de duas dimensões – Funcionamento e Amor – tentando ultrapassar os limites apontados na literatura acerca do peso atribuído ao amor no estudo da satisfação.

Apesar das vantagens referidas, a escala manifesta algumas limitações. Nomeadamente, o emaranhamento conceptual ainda nítido, na medida em que se confundem áreas com processos. Também a importância da satisfação em cada área para a satisfação conjugal global não é tomada em consideração (o que se traduz nalguma relatividade do resultado global da escala) e alguns itens podem penalizar erradamente o resultado global da escala bem como enviesar a sua interpretação. Um outro limite surge por não contemplar a área relativa aos Filhos quando aplicada a casais com filhos (dada a influência que estes têm na vida conjugal) e por fim, como em qualquer instrumento quantitativo, a informação que se obtém é sempre limitada, uma vez que não permite o acesso à compreensão dos processos e significações inerentes, neste caso, à satisfação (Narciso, 2001).

Na presente investigação, esta escala foi validada para a população portuguesa numa amostra de 652 indivíduos. Estes apresentam idades compreendidas entre os 20 e os 70 ou mais anos ($M = 2.42$, $DP = 0.954$), residem na sua maioria na zona da Grande Lisboa (58.1%), pertencendo 48.3% dos sujeitos ao sexo masculino, contrastando com 51.7% que são do sexo feminino. Respeitante às habilitações literárias, cerca de metade dos sujeitos (49.4%) frequentou o ensino superior e 49.7% pertence a um nível socioeconómico médio-alto e alto. No que ao estado civil diz respeito, a maioria dos sujeitos é casada (85.4%) e 33% tem filhos em diferentes etapas de desenvolvimento (desde pré-escolar até jovens adultos). Os filhos são na maioria biológicos (57.2%) e apenas 7.8% são adoptivos. Em 5.2% dos casos subsistem as duas realidades. Na validação do instrumento com amostras portuguesas verificou-se, ainda, a inexistência

de itens invertidos, sendo que a análise do único factor encontrado (Amor) em função do *Alpha de Cronbach* permite apurar que o mesmo apresenta um valor igual a 0.971.

QDEP - Questionário de Dimensões e Estilos Parentais

Da autoria de Robinson, Mandleco, Olsen e Hart (1995), o instrumento, a seguir descrito, foi desenvolvido visando o alcance de dois objectivos fundamentais: por um lado, no sentido de constituir-se como uma medida empírica de avaliação de estilos parentais globais consistentes com os propostos por Baumrind (Autoritativo, Autoritário e Permissivo – os quais assentam em atitudes e valores parentais, suas crenças acerca da natureza da criança, assim como em práticas específicas utilizadas na socialização desta), e por outro, a identificação de práticas parentais específicas que decorrem no contexto destas tipologias.

No estudo psicométrico do questionário (Robinson, Mandleco, Olsen & Hart, 1995) – inicialmente constituído por 133 itens²² organizados numa escala de Likert²³ de 5 pontos – procedeu-se à sua aplicação numa amostra²⁴ de 1251 pais voluntários. A primeira²⁵ fase do estudo²⁶ resultou na manutenção de 62 itens dos 133 iniciais, reunidos em três dimensões: Autoritativa (27 itens), avaliada com um *Alpha de Cronbach* de .91; Autoritária (20 itens) com um *Alpha de Cronbach* de .86; e Permissiva, associada a 15 itens com um *Alpha de Cronbach* de .75. Os coeficientes alfa encontrados, como se observa, indicam elevada consistência interna.

No que concerne à avaliação de estilos e práticas parentais, este questionário tornou-se, em termos psicométricos, num dos poucos instrumentos disponível com escalas defensivas relacionadas com a disciplina parental (Locke & Prinz, 2002, citado por Winsler, Madigan & Aquilino, 2005). Por conseguinte assume uma utilização

²² Desenvolvido com base em 80 itens do estudo de Block (1965; citado por Robinson, Mandleco, Olsen & Hart, 1995) e 53 novos itens (construídos com base nas dimensões eduzidas da literatura existente, com validade facial).

²³ *Nunca* (1), *Algumas Vezes* (2), *Metade das Vezes* (3), *Muitas Vezes* (4), e *Sempre* (5).

²⁴ Desta amostra, 534 pais apresentavam uma média de idades de 37.9 anos, e 717 mães uma média de idades de 35.6 anos; tendo, ainda, os pais completado em média 15.3 anos de escolaridade, em comparação com as mães que apresentavam uma média de 14.6 anos. A maioria dos participantes era caucasiana.

²⁵ Os itens foram extraídos através de uma série de análises factoriais seguidas de *Rotações Varimax*, alguns deles segundo o critério de uma correlação com o valor do factor total abaixo de .25.

²⁶ A segunda fase do estudo, pretendendo determinar as dimensões e estruturas internas dos itens de cada tipologia que pudessem reflectir práticas parentais específicas, permitiu extrair quatro factores para os itens do tipo Autoritativo, outros quatro para o tipo Autoritário e três para o tipo Permissivo.

frequente e válida em estudos²⁷, cujo objectivo se relaciona com a avaliação de variáveis no domínio da parentalidade – nomeadamente, *estilos parentais*.

Na presente dissertação, como referido, foi aplicada uma versão reduzida do instrumento (Robinson, Mandlco, Olsen, & Hart, 2001), composta por 32 itens de auto-avaliação e 32 itens de hetero-avaliação para cada segmento²⁸, sendo que do seu estudo psicométrico surgiram, respectivamente para cada Dimensão Autoritativa, Autoritária e Permissiva, *Alphas de Cronbach* de .86; .82 e .64 (N= 1377).

A adaptação portuguesa²⁹, com excepção de alguns itens (4, 10, 26 e 28) que não saturaram, obteve, em termos de auto-avaliação, *Alphas de Cronbach* de .744 para as mães e .751 para os pais. No caso dos itens respeitantes a hetero-avaliação, a consistência obtida foi de .770 e .777 para mães e pais, respectivamente.

2.3.3. Procedimentos na Recolha de Dados

As duas amostras, em análise comparativa, responderam a um conjunto de instrumentos respeitantes a outras variáveis dos domínios da *Parentalidade*, da *Vida Familiar* e da *Família de Origem* em favor de outros estudos pertencentes à

²⁷ Por exemplo, Winsler, Madigan & Aquilino (2005) com o intuito de investigar semelhanças e diferenças nos estilos parentais entre mães e pais, na mesma família, levaram a cabo um estudo, no qual 56 pais de 28 crianças pré-escolares completaram o QDEP. Em termos gerais, os resultados revelaram uma modesta semelhança nos estilos parentais utilizados por ambos os pais – com uma associação positiva no que respeita ao estilo permissivo. Mais ainda, pais que partilham estilos semelhantes são mais correctos no relato do estilo parental dos cônjuges.

Como se verificou no presente trabalho, a literatura inclui dados viáveis acerca da influência directa do comportamento parental no desenvolvimento dos filhos. Como tal, também neste âmbito o QDEP é largamente utilizado como recurso para a avaliação dos estilos parentais – cuja adequabilidade se repercutirá no comportamento físico e relacional dos filhos. Russell, Hart, Robinson & Olsen (2003), no seu estudo pretenderam encontrar uma associação entre o temperamento das crianças e os estilos parentais praticados no que respeita ao comportamento social e agressivo das crianças na relação com os seus pares. As raparigas foram descritas como mais relacionalmente agressivas e pro-sociais em comparação com os rapazes (↑ agressão física). Concluiu-se que as mães eram mais autoritativas e os pais mais autoritários e que os comportamentos sociais e agressivos das crianças eram preditos pelo seu temperamento, com alguma evidência da contribuição de um estilo autoritário por parte dos pais.

²⁸ O questionário inclui uma versão “Mãe” e uma versão “Pai”, cada uma constituída por 32 itens de auto-avaliação (associados às interações do respondente em relação ao filho) e 32 itens de hetero-avaliação (que correspondem às interações do cônjuge presentes na relação com o filho).

²⁹ Esta adaptação foi realizada com base numa amostra de 652 indivíduos (Anexo VII) e está inserida num estudo levado a cabo núcleo de Psicologia Clínica Sistémica (2007/2008) da Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação, da Universidade de Lisboa, o qual assume como principal objectivo: perceber as relações de associação e causalidade entre algumas variáveis respeitantes ao sistema que é a família e aos restantes sistemas que a envolvem e subsistemas que a compõem (analisando variáveis da família de origem e nuclear, da parentalidade e da conjugalidade).

investigação levada a cabo pelo núcleo de Psicologia Clínica Sistémica (2007/2008) da Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade de Lisboa, os quais não serão apresentados por não satisfazerem os objectivos da presente dissertação.

Amostra “Famílias Adoptivas”

A recolha da informação pretendida foi executada no âmbito do nosso estágio académico, na sequência de uma investigação Follow-up³⁰ a decorrer no Serviço de Adopções (SA) da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa (SCML), durante um período de tempo que incluiu os meses de Janeiro e Fevereiro do presente ano. A aplicação dos instrumentos³¹ assumiu-se presencial, sempre que tal era possível, de acordo com a disponibilidade dos participantes e da zona de residência – neste último caso, os indivíduos residentes fora de Lisboa recebiam por correio o respectivo protocolo, devolvendo os questionários até à data estabelecida. Note-se que os adoptantes singulares não reenviaram os questionários e que na circunstância dos participantes divorciados, as respostas pertencem ao elemento detentor da guarda da criança. Assim sendo, a amostra deste estudo não representa todos os tipos de famílias adoptivas, como as constituídas por adopção singular, inter-racial, internacional, etc.

No início da aplicação, os participantes, voluntários, foram devidamente esclarecidos sobre os objectivos do estudo, sobre a confidencialidade dos dados, a

³⁰ Esta Investigação, iniciada o ano passado, reunia como objectivos gerais: a) a análise das variáveis relativas ao bem-estar; e b) a análise da influência de diversas variáveis na satisfação parental das famílias adoptivas. A finalidade última da investigação seria (é) o enriquecimento do processo de adopção, de acordo com uma reflexão sobre eventuais reformulações do mesmo e a ponderação sobre as necessidades destas famílias concluído o processo. Para tal, foram delineadas duas fases que permitissem a concretização dos objectivos referidos, cada uma delas sub-entendendo três momentos. O primeiro da fase I, já concluído pelas estagiárias do SA durante o ano lectivo 2006/07 (visando olhar para a experiência da adopção, com base no modo como é vivida pelos adoptantes), pretendeu identificar a satisfação e o bem-estar na vivência da parentalidade, assim como as dificuldades e desafios sentidos nesta experiência única. Definidos os objectivos específicos, segundo uma metodologia quantitativa, procedeu-se a uma recolha de dados sobre a população de estudo (famílias que adoptaram nos anos de 2000, 2001, 2002, 2003), recorrendo para tal aos arquivos do SA da SCML, referentes às crianças adoptadas nestes anos. Num primeiro contacto havia sido aplicada uma escala de tipo Likert, que pretendia avaliar a satisfação conjugal expressa no exercício do papel parental e na relação com o(a) filho(a). Contudo, dos contactos efectuados, não foi possível aceder à amostra na sua totalidade, sendo esta representada por 51 famílias. De uma forma geral, os resultados obtidos indicaram que os sujeitos estão muito satisfeitos com o desempenho do papel parental e na relação com os filhos (ver Anexo VIII).

³¹ *Escala de Avaliação da Satisfação em Áreas da Vida Conjugal* (EASAVIC); *Questionário de Dimensões e Estilos Parentais* (QDEP); *Inventário de Aliança Parental* (IAP) e *Escala de Avaliação da Adaptabilidade e Coesão Familiar II* (FACES II).

importância de respostas individuais e, ainda, sobre as características gerais dos instrumentos.

Em relação ao *Questionário de Dimensões e Estilos Parentais* (QDEP) as respostas aos itens de auto e hetero avaliação dizem respeito ao mesmo filho – isto no caso das famílias³² com mais de um filho, em que ambos os pais responderam ao instrumento. Também acerca deste, foram elucidados os participantes sobre a alteração do cabeçalho (solicitando o sexo e a idade das crianças, em vez do nome). No caso dos participantes divorciados atenda-se, ainda, que estes não responderam aos itens de hetero avaliação correspondentes à relação do ex-cônjuge com o(s) filhos(s), do mesmo modo, que não responderam à *Escala de Avaliação da Satisfação em Áreas da Vida Conjugal* (EASAVIC).

Amostra Controlo: “Famílias Biológicas”

Tal como o sucedido na amostra “Famílias Adoptivas”, também os indivíduos da amostra controlo responderam aos instrumentos presencialmente. Esta recolha de informação decorreu durante os meses de Dezembro do ano transacto e de Janeiro deste ano, contando com uma participação igualmente informada e voluntária.

No que concerne ao *Questionário de Dimensões e Estilos Parentais* (QDEP), para além das respostas serem relativas ao mesmo filho, no caso dos casais em que ambos responderam, foi, também, solicitado aos restantes participantes (indivíduos casados e com filhos) que respondessem sobre um filho cuja idade estivesse compreendida entre os dois e os 18 anos.

³² As famílias com filhos de tipologia “Mistos” responderam relativamente ao filho adoptado.

III. Análise de Resultados

Antes de mais, a opção pela utilização de testes paramétricos deve-se aos resultados obtidos nos testes da normalidade de *Kolmogorov-Smirnov* e da homogeneidade das variâncias de *Levene*. Assim, depois da eliminação de alguns *outliers* e da análise dos *Q-Q Plots* pudemos garantir a normalidade da amostra, apesar de o teste não assumir alguns valores como normais (nomeadamente no que toca ao Estilo Permissivo para as famílias biológicas e à Satisfação Conjugal no caso das famílias adoptivas, ver Anexo IX). Assegurada ficou também a homogeneidade da variância, como é possível verificar de acordo com os resultados obtidos no teste de *Levene* (0.278; 0.187; 0.579 e 0.662, para o Estilo Autoritativo, Estilo Autoritário, Estilo Permissivo e Satisfação Conjugal, respectivamente). Desta forma, o passo seguinte prendia-se com a escolha dos testes que melhor responderiam aos objectivos principais do estudo e às questões de investigação propostas.

1) Identificação da Percepção da Satisfação Conjugal em Famílias Biológicas e Adoptivas (*Existem diferenças no que concerne ao nível de satisfação conjugal percebida por casais com filhos biológicos e adoptivos?*)

Com o intuito de investigar se no universo de famílias que compõem as amostras recolhidas, a diferença de valores médios de satisfação conjugal em famílias biológicas e adoptivas é igual a zero ($\mu_b - \mu_a = 0$, sendo que μ_b corresponde ao valor médio de satisfação conjugal das famílias biológicas e μ_a ao valor médio de satisfação conjugal das famílias adoptivas), foi utilizado, em prol deste objectivo, um teste de *Igualdade de Valores Médios para Amostras Independentes* (T-Test; ver Anexo X). Com base nos resultados obtidos, podemos concluir, então, não existirem diferenças entre os dois tipos de família quanto à percepção da satisfação conjugal ($t = -1.773$; $p = 0.078$; Quadro 1), sendo que ambas apresentam uma média elevada da variável analisada.

Quadro 1: Teste de Igualdade de Valores Médios para Amostras Independentes em relação à variável “Satisfação Conjugal”

Teste T para Igualdade de Médias			
	t	Graus de Liberdade	P
Satisfação Conjugal	- 1.773	159	0.078

Estes dados são observáveis pela análise das médias³³ obtidas, em que para as famílias biológicas e adoptivas não se registam diferenças significativas relativamente à variável em causa ($M \approx 4.68$, $DP \approx 0.675$ // $M \approx 4.88$, $DP \approx 0.722$, respectivamente, como se pode verificar no Quadro 2). Ainda assim, apesar da proximidade de valores, estes são relativamente mais salientes no caso das famílias adoptivas – indicador de maior satisfação conjugal percebida, concordante com o postulado na literatura.

Quadro 2: Médias e Desvios-Padrão relativamente à Satisfação Conjugal em Famílias Biológicas e Adoptivas

Tipo de Família		Satisfação Conjugal
<i>Famílias com filhos biológicos</i>	Média	4,6799
	Desvio-Padrão	,67538
	N	97
<i>Famílias com filhos adoptivos</i>	Média	4,8782
	Desvio-Padrão	,72202
	N	64
Total	Média	4,7588
	Desvio-Padrão	,69887
	N	161

2) Identificação dos Estilos Parentais Praticados em Famílias Biológicas e Adoptivas (*Quais os estilos parentais exercidos por pais biológicos e adoptivos? São distintos?*)

Com o objectivo de investigar se a diferença de valores médios, agora em relação aos estilos parentais praticados, em famílias biológicas e adoptivas é igual a zero

³³ Ver Anexo XI

($\mu_b - \mu_a = 0$, sendo que μ_b corresponde ao valor médio do estilo parental das famílias biológicas e μ_a ao valor médio do estilo parental das famílias adoptivas), foi utilizado, à semelhança do ponto anterior, um teste de *Igualdade de Valores Médios para Amostras Independentes* (T-Test; ver Anexo XII). De acordo com o teste empregado, é possível constatar não existirem diferenças quanto a dois estilos parentais, nomeadamente, o Estilo Autoritativo ($t = -1.438$; $p = 0.152$) e o Estilo Permissivo ($t = -0.020$; $p = 0.984$) (Quadro 3). As diferenças entre famílias com filhos biológicos e famílias com filhos adoptivos (no que respeita aos estilos parentais praticados) situam-se, então, ao nível do Estilo Autoritário ($t = -3.488$; $p = 0.001$).

Estes resultados tornam-se evidentes pela análise das médias (Anexo XIII), em que também relativamente às mesmas variáveis, para ambos os tipos de família, biológica e adoptiva respectivamente, não se verificam diferenças significativas (Estilo Autoritativo: $M = 4.1660$ e $DP \approx 0.422$; Estilo Permissivo: $M = 1.9428$ e $DP \approx 0.526$ // Estilo Autoritativo: $M = 4.2567$ e $DP \approx 0.377$; Estilo Permissivo: $M = 1.9444$ e $DP = 0.551$) (Quadro 4), à excepção do sucedido no Estilo Autoritário. Assumindo este um valor significativamente mais preponderante nas famílias adoptivas (como observado).

De um modo geral, podemos concluir que, mesmo perante uma proximidade de valores em ambas as amostras, as famílias com filhos adoptivos evidenciam valores mais elevados (não significativos no que respeita a dois estilos parentais em particular, aliás como já referido) e que o Estilo Autoritativo é o mais utilizado por ambas as famílias. Concomitantemente, é possível afirmar que para a amostra biológica o Estilo Autoritário é o menos predominante, contrastando com o Estilo Permissivo que ocupa a mesma posição de menor preponderância no caso das famílias adoptivas.

Quadro 3: Teste de Igualdade de Valores Médios para Amostras Independentes, em relação à variável “Estilos Parentais”

Teste T para Igualdade de Médias			
	t	Graus de Liberdade	P
Estilo Autoritativo	- 1.438	167	0.152
Estilo Autoritário	- 3.488	169	0.001
Estilo Permissivo	-0.020	169	0.984

Quadro 4: Médias e Desvios-Padrão relativamente aos Estilos Parentais praticados em Famílias Biológicas e Famílias Adoptivas

Tipo de Família		Estilo Autoritativo	Estilo Autoritário	Estilo Permissivo
Famílias com filhos biológicos				
	Média	4,1660	1,7952	1,9428
	Desvio-Padrão	,42193	,34836	,52606
	N	99	99	99
Famílias com filhos adoptivos				
	Média	4,2567	1,9992	1,9444
	Desvio-Padrão	,37658	,41474	,55100
	N	70	72	72
Total				
	Média	4,2036	1,8811	1,9435
	Desvio-Padrão	,40509	,38988	,53510
	N	169	171	171

3) Avaliação da relação entre as Variáveis em Estudo: Satisfação Conjugal e Estilos Parentais (*Verifica-se uma relação entre as variáveis estudadas, tal como indica a revisão de literatura apresentada?*)

No sentido de comprovar a existência de uma relação entre as variáveis em estudo (satisfação conjugal e estilos parentais: autoritativo, autoritário e permissivo), tal como sugere a literatura, procedeu-se ao cálculo do teste de *Correlação de Pearson* (Anexo XIV), partindo do pressuposto da normalidade e da homogeneidade das amostras.

Com base nos valores obtidos podemos constatar uma elevada correlação entre as variáveis Satisfação Conjugal e o Estilo Autoritativo ($r = 0.404$; $p = 0.01$), sendo que a valores elevados da primeira variável se associam valores igualmente elevados da segunda, o que confirma o exposto no enquadramento conceptual do presente trabalho, acerca da relação entre a percepção de uma boa satisfação conjugal e a prática de um estilo parental mais adequado, como é o caso do Estilo Autoritativo. Relativamente às variáveis de Satisfação Conjugal e Estilo Permissivo, verifica-se uma correlação negativamente pouco significativa ($r = -0.194$; $p = 0.05$), o que se traduz numa associação entre valores elevados de Satisfação Conjugal e baixos valores do estilo em causa (Quadro 5).

Quadro 5: Correlação (r) entre as variáveis em estudo – Satisfação Conjugal e Estilos Parentais (Autoritativo, Autoritário e Permissivo)

		Estilo Autoritativo	Estilo Autoritário	Estilo Permissivo	Satisfação Conjugal
Estilo Autoritativo	Correlação de Pearson (r)	1	-,057	-,147	,404 (**)
	p		,463	,057	,000
	N	169	169	169	161
Estilo Autoritário	Correlação de Pearson (r)	-,057	1	,183(*)	-,032
	p	,463		,016	,683
	N	169	171	171	161
Estilo Permissivo	Correlação de Pearson (r)	-,147	,183(*)	1	-,194 (*)
	p	,057	,016		,014
	N	69	171	171	161
Satisfação Conjugal	Correlação de Pearson (r)	,404(**)	-,032	-,194(*)	1
	p	,000	,683	,014	
	N	161	161	161	161

** Correlação significativa a um nível de significância $p = 0.01$ (bilateral).

* Correlação significativa a um nível de significância $p = 0.05$ (bilateral).

4) Avaliação da Influência do Tipo de Família na percepção de Satisfação Conjugal e nos Estilos Parentais praticados

Pretendendo analisar a influência do factor mediador do estudo – famílias biológicas e adoptivas – no comportamento das variáveis dependentes em análise de forma combinada, e tendo os resultados obtidos corroborado a relação entre as últimas, procedeu-se a uma *Análise de Variância Multivariada*³⁴ (MANOVA) para dar resposta a algumas das questões de investigação propostas (no sentido de analisar a hipótese segundo a qual o tipo de filhos estaria associado a maiores/ menores níveis de satisfação conjugal e à prática de estilos parentais mais / menos adequados):

- Podemos associar níveis mais baixos de satisfação conjugal à prática de estilos parentais mais desadequados, no caso das famílias biológicas?*
- Observa-se uma associação entre satisfação conjugal positivamente percebida e estilos parentais mais adaptados, em famílias adoptivas? (Uma vez que como notado, famílias em circunstâncias adoptivas são mais ajustadas em termos do domínio da parentalidade).*

³⁴ Ver Anexo XV

Nesta análise, a categoria do tipo de filhos (com dois níveis) era a variável independente, sendo que as classificações dos estilos parentais e a satisfação conjugal correspondiam às variáveis dependentes. De acordo com os resultados obtidos, e verificando a um n.s 0.05 a igualdade de co-variâncias das populações em estudo [F (10, 161) = 1.849, p = 0.047], podemos concluir que, de um modo geral, o factor tipo de filhos exerce influência sobre as variáveis dependentes (F = 5.241, p = 0.001).

A análise pormenorizada deste efeito para cada uma das variáveis (Quadro 6), permite-nos apurar que o factor em causa, a um n.s 0.05, influencia de modo muito significativo a prática de um Estilo Autoritário (F = 15.473, p = 0.000) → o qual, coincidente com o relatado, apesar de não ser predominante em nenhuma das amostras, é, ainda assim, mais utilizado pelas famílias adoptivas, por comparação com as biológicas. Podemos afirmar, ainda, que o mesmo factor tipo de filhos, considerado um n.s 10%, também influencia significativamente a variável Satisfação Conjugal (F = 3.145, p = 0.078), assumindo esta um valor superior nas famílias em circunstâncias adoptivas. Tais conclusões são concordantes com outros resultados alcançados, que indicam a percepção de maior satisfação conjugal no caso das famílias adoptivas, embora as diferenças não sejam muito acentuadas em comparação com os valores obtidos para as famílias biológicas. Relativamente às restantes variáveis dependentes – Estilo Autoritativo e Estilo Permissivo – não se verificam influências do factor tipo de filhos sobre as mesmas (F = 2.257, p = 0.135 e F = 0.116, p = 0.734, respectivamente).

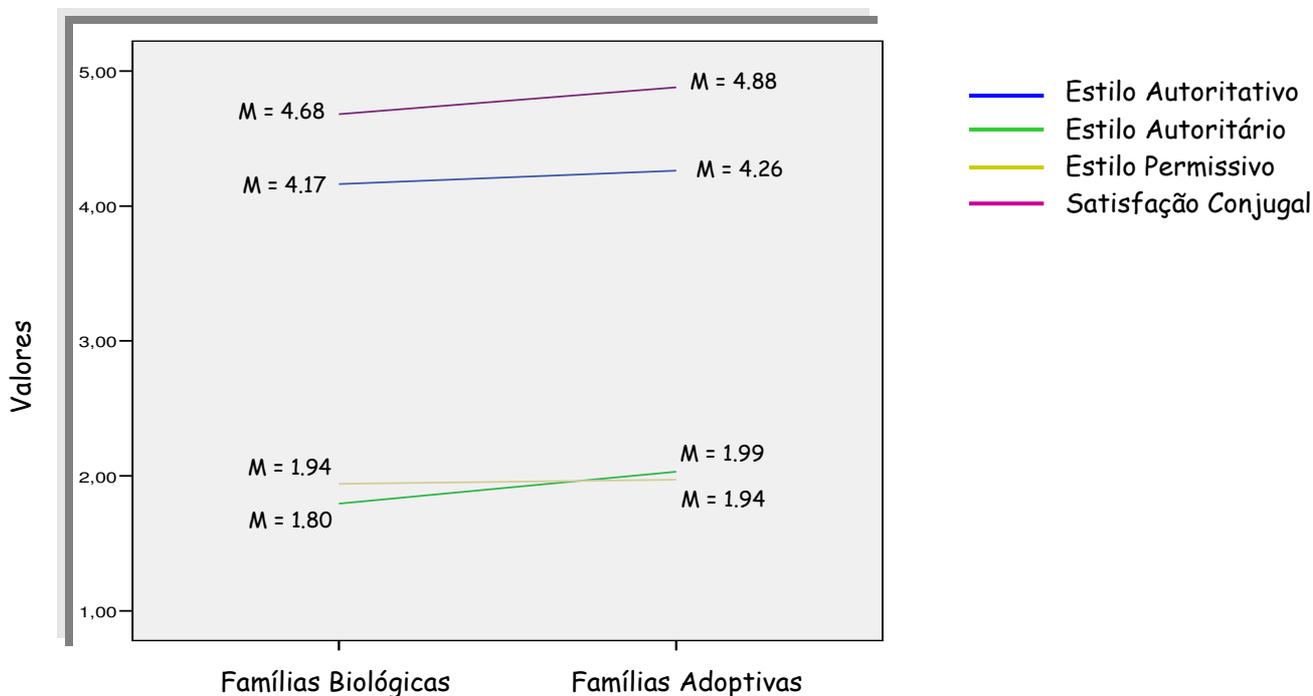
Quadro 6: Médias, Desvios-Padrão das variáveis dependentes e Valores de Influência do factor Tipo de Filhos sobre as mesmas.

	Tipo de Filhos						F	p
	Biológicos			Adoptivos				
	N	Média	DP	N	Média	DP		
Estilo Autoritativo	97	4.1625	0.42517	64	4.2615	0.38266	2.257	0.135
Estilo Autoritário	97	1.7938	0.35163	64	2.0295	0.40122	15.473	0.000
Estilo Permissivo	97	1.9416	0.53090	64	1.9714	0.56309	0.116	0.734
Satisfação Conjugal	97	4.6799	0.67538	64	4.8782	0.72202	3.145	0.078

Estes resultados foram confirmados com ANOVA seguida de comparações *post hoc* pelo teste *Tukey HSD* (por se tratarem de amostras com frequências diferentes; ver Anexo XVI). Assim, conforme o Gráfico 1, verifica-se uma elevada satisfação conjugal percebida nos dois tipos de família (com uma ligeira elevação de valores no caso das famílias em circunstâncias adoptivas, coincidente com os dados disponíveis na literatura que associam uma maior satisfação conjugal às mesmas). Coincidente também com a literatura, surge a associação entre uma elevada satisfação conjugal e uma predominância na prática de estilos parentais mais adequados, como é o caso do Estilo Autoritativo, quer para famílias com filhos biológicos quer para famílias com filhos adoptivos.

Como se pode aferir, de um modo geral, os estilos Autoritário e Permissivo são os menos utilizados pelas famílias portuguesas que compõem as amostras. No entanto, comparando os dois tipos de família, constatamos uma predominância do Estilo Autoritativo nas famílias com filhos adoptivos, o que é consonante com os resultados já descritos.

Gráfico 1: Médias de Satisfação Conjugal e Estilos Parentais



IV. Discussão

De um modo geral, podemos afirmar que os resultados alcançados coincidem com os dados existentes na literatura sobre a relação positiva e directa entre os níveis de Satisfação Conjugal e os Estilos Parentais utilizados. Com o intuito de dar resposta às questões de investigação colocadas no presente estudo exploratório, apresentaremos de seguida, um resumo dos resultados mais significativos.

Existem diferenças no que concerne ao nível de satisfação conjugal percebida por casais com filhos biológicos e adoptivos? Pela análise dos resultados obtidos, podemos afirmar, por um lado, não existirem diferenças significativas entre os dois tipos de família em estudo, quanto ao nível de satisfação conjugal percebida e, por outro lado, que em ambas as amostras esse nível de satisfação se mostra elevado, com uma ligeira saliência no caso das famílias adoptivas. Tal resultado coincide com os estudos de Peterson, Newton e Rosen (2003) segundo os quais estas famílias apresentam uma satisfação conjugal mais elevada, quando comparadas com famílias de sujeitos não inférteis. Além disso, como já referido, da mesma forma que as dificuldades (e especificidades do percurso destas famílias na concretização da parentalidade) podem levantar problemas, podem também contribuir para uma maior proximidade e apoio entre o casal. Sendo assim, este apresenta-se mais cómodo em relação aos seus próprios sentimentos e, conseqüentemente, mais capaz de proporcionar uma atmosfera securizante, que valorize a criança sempre que esta questione ou comunique fantasias sobre a sua própria história (Silin, 1996). Esta aprendizagem de como lidar com as ambigüidades (assumindo e aceitando a sua especificidade) torna as famílias adoptivas bem sucedidas na forma como cumprem as tarefas do ciclo de vida (Relvas & Alarcão, 2002).

Importa, ainda, referir, o surgimento de um único factor na EASAVIC (Amor). O que se compreende, pois, como refere a estatística, há alguns anos atrás, ocorrendo os divórcios em menor número, muitos dos casamentos mantinham-se à custa da funcionalidade (que incluía sobretudo a sustentabilidade e a manutenção de um estatuto familiar) e não do amor. Actualmente, e de forma mais expressiva, observa-se o inverso. A sociedade portuguesa está em transição, o que acaba por dar origem a uma alteração dos papéis sociais de homens e mulheres, cada vez menos tradicionais, e portanto, não

havendo amor numa relação, deixa de haver entrega e, conseqüentemente, funcionalidade. Daí não surpreender que o único factor que medeie a variável de satisfação conjugal seja o Amor.

Quais os estilos parentais exercidos por pais biológicos e adoptivos? São distintos? Os dados obtidos permitem-nos: afirmar que para a maioria das famílias (quer biológicas quer adoptivas) que compõem a amostra, não existem diferenças expressivas relativamente ao estilo parental mais utilizado e, ainda, constatar a predominância de um Estilo Autoritativo para ambos os tipos de família. Isto vai de encontro aos estudos existentes na literatura, segundo os quais é expectável a prática de estilos parentais mais adequados, partindo de um nível elevado de satisfação conjugal. No caso das famílias adoptivas, estes dados confirmam alguns estudos (Palacios & Sánchez-Sandoval, 2005; Palacios, Sánchez-Sandoval & Sánchez-Espinosa, 1996, citado por Muñoz, Rebollo, Fernández-Molina & Morán, 2007) acerca da manutenção de “relações mais positivas e democráticas com os filhos”.

De qualquer modo, independentemente do tipo de família (caso não fosse o objectivo primordial desta investigação) uma vez encontrado um nível elevado de satisfação conjugal, seria de esperar a utilização de estilos parentais mais ajustados, pois *relações conjugais mais harmoniosas estão associadas a um comportamento parental mais sensível e a relações mais afectuosas entre pais e filhos* (Gable et al., 1992, citado por Pereira, 2007), o que acaba por promover melhores resultados nas crianças, tais como vinculação segura e competência interpessoal (Gable, Crnic & Belsky, 1994).

Não perdendo de vista que a prática de estilos parentais adequados depende não só da percepção de satisfação conjugal, como também de um conjunto de fontes de influência (Belsky, 1984, 1993, citado por Pereira, 2007), podemos concluir com base nos resultados obtidos, que pelo menos a influência da satisfação conjugal no exercício da parentalidade nos dois tipos de família é visível (uma vez ser possível associar níveis elevados da variável satisfação conjugal com a prática de um estilo autoritativo, na maioria dos casos).

Uma vez não constituir objectivo da presente investigação e, como tal, perante a impossibilidade de justificar a percepção elevada de satisfação conjugal nestas amostras portuguesas, futuros estudos tornam-se necessários na tentativa de associar tal resultado a um conjunto de características familiares e demográficas, como sendo, por exemplo, a constituição do agregado familiar, o número, a idade e o sexo dos filhos, ... O objectivo

seria o de, comparando de igual forma famílias biológicas e adoptivas, atestar que variáveis demográficas estariam associadas a uma satisfação conjugal percebida como elevada e o conseqüente impacto numa parentalidade equilibrada e consonante.

Com efeito, como sugere a literatura (Cowan and Cowan, 1992, citado por Guttman & Lazar, 2004), casais que são pais pela primeira vez, vêem-se confrontados com a competição dos papéis conjugais e parentais, o que acaba por contribuir para um declínio na satisfação conjugal. Até porque a chegada de um novo elemento, a sua adaptação e todas as responsabilidades associadas ao seu cuidado exigem maior atenção e disponibilidade, interferindo com o subsistema conjugal (Belsky, Spanier, & Rovine, 1983; McHale & Huston, 1985, citado por O'Brien & Peyton, 2002), e lesando-o caso este não tenha competências para lidar com a situação (Narciso, 1994/95). Não se verificando tais resultados, poder-se-á comprovar que a corrosão do tempo pode ser explicativa de alguma da diminuição na satisfação conjugal (Clulow, 1991, citado por Guttman & Lazar, 2004) e que nem todos os casais se tornam menos satisfeitos com o seu casamento durante a transição para a parentalidade (Cowan & Cowan, 1988; Wright, Henggeler, & Craig, 1986, citado por Shapiro, Gottman & Carrère, 2000). Interessante também, seria averiguar a estabilidade da percepção relativa às variáveis analisadas na presente dissertação, ao longo das diferentes fases do ciclo de vida.

Possivelmente, uma outra linha de investigação futura poderia objectivar a confirmação de uma consonância de estilos entre pais e mães, quando se verifica a existência de satisfação parental (mediada pela utilização de estilos parentais adequados, como o autoritativo).

Verifica-se uma relação entre as variáveis estudadas, tal como indica a revisão de literatura apresentada? A resposta a esta questão é afirmativa. De facto, analisando os dados alcançados podemos afirmar a existência de uma relação directa e positiva entre as variáveis em estudo, pois, globalmente, a níveis elevados de satisfação conjugal corresponde a utilização de estilos parentais mais benéficos, como o Autoritativo. Mais ainda, relacionando a variável satisfação conjugal com os restantes estilos parentais, o que se verifica é uma relação negativamente pouco significativa entre a primeira e o Estilo Permissivo em particular, como seria de esperar – pois, não é comum a existência de práticas parentais permissivas perante uma elevada percepção de satisfação conjugal. Ainda assim, este estilo é mais saliente do que o Autoritário nas famílias biológicas.

Deste modo, a confrontação com os resultados, que dão conta de uma real influência entre os subsistemas conjugal e parental, não só vai de encontro aos modelos sistémicos familiares, como corrobora os estudos de Cox e Paley (1997, citado por Pereira, 2007), nos quais, acentuando os princípios de uma perspectiva sistémica de família, os dados obtidos pelos autores apontam para o facto da relação conjugal e, especificamente, o conflito conjugal afectar a relação entre pais e filhos.

Perante o valor elevado de satisfação conjugal que se obteve, podemos, ainda, afirmar não existir um stress parental declarado nas famílias que compõem ambas as amostras e, por conseguinte, uma ausência de discrepância percebida entre as exigências parentais e os recursos pessoais (Essex, Klein, Cho & Kalin, 2002; Östberg, Hagekull & Wettergren, 1997, citado por Östberg, Hagekull & Hagelin, 2007). Em última análise poderemos afirmar uma ausência de divergências de estilos entre pais e mães (embora os objectivos do estudo não visassem esta comparação de estilos).

Tal como a literatura indica existir um efeito benéfico da prática de um estilo autoritativo nas crianças, e dado que o presente estudo comparativo apenas se debruça na identificação dos estilos parentais utilizados por famílias biológicas e adoptivas (não sendo, contudo, as amostras representativas da população geral), seria vantajoso averiguar o impacto / consequências deste estilo em particular nas crianças portuguesas.

Podemos associar níveis mais baixos de satisfação conjugal à prática de estilos parentais mais desadequados, no caso das famílias biológicas? Tendo-se verificado um elevado nível de satisfação conjugal, por sua vez associado à prática de um estilo parental autoritativo, não podemos afirmar com convicção que o inverso seria verdade. Como tal, são essenciais mais estudos que correlacionem os estilos parentais com o domínio da conjugalidade, quando os níveis de satisfação conjugal não são elevados.

Observa-se uma associação entre satisfação conjugal positivamente percebida e estilos parentais mais adaptados, em famílias adoptivas? (Uma vez que como notado, famílias em circunstâncias adoptivas são mais ajustadas em termos do domínio da parentalidade). De acordo com o obtido, podemos concluir a existência de uma associação entre satisfação conjugal positivamente percebida e estilos parentais mais ajustados, em famílias adoptivas. No entanto, os resultados não sendo contrários, também não confirmam na totalidade os dados da literatura – de que um

estilo autoritário seria o menos utilizado nestas famílias. O que é certo é que na sequência do autoritativo, este é o mais praticado. Porque acontece tal situação?

1º. O papel dos pais não se resume à satisfação das necessidades biológicas, sendo também seu dever suprir as necessidades psicológicas das crianças *de se sentirem amadas, estimuladas* e, sobretudo, a necessidade de um sentimento de continuidade de vida (Tsiantis, 1991, citado por Ferreira, Pires & Salvaterra, 2004). Associado a isto, encontram-se também as especificidades e tarefas próprias inerentes ao ciclo de vida destas famílias (Brodzinsky et al., 1998, citado por Ferreira et al., 2004);

2º. A somar a todas as preocupações, incertezas e ansiedades intrínsecas ao processo de adopção, estes casais enfrentam ainda o momento da revelação à criança da sua condição de adoptada (quando e como fazê-lo) e questões ligadas não só à procura das origens, como também às experiências de abandono e privação vividas por estas crianças – que forçosamente serão projectadas na relação que irá estabelecer com os novos pais (Brodzinsky, Smith & Brodzinsky, 1998, citado por Ferreira et al., 2004); e

3º. A maior parte das crianças, propostas para adopção, provêm de famílias desestruturadas (onde predominam modelos de funcionamento pautados por práticas desajustadas), e sendo vítimas de todos os tipos de abandono, negligência e maus-tratos, irão, na relação com os novos pais, testar os seus limites numa tentativa de confirmar que aqueles estão ali por e para elas.

Como tal, especialmente neste tipo de famílias, torna-se compreensível um exercício parental assente em regras e valores bem definidos (associados a uma consistência / firmeza de comportamentos e acções) veiculados por uma comunicação funcional. Não obstante, para permitir e promover um desenvolvimento positivo e mais saudável destas crianças, assume particular relevância um equilíbrio entre esta autoridade parental e uma base firme de afecto, amor e carinho. Se assim não for, estes pais correm o risco de seguir um estilo educativo permissivo “por medo de não ter o afecto da criança, por pena relativamente ao seu sofrimento passado, por receio de ser demasiado agressivo na imposição de certas frustrações, ou por gratidão pela atribuição de uma criança” (Alarcão, 2006, p. 225).

V. Conclusão

Com o propósito de aprofundar os conhecimentos acerca da influência da percepção de satisfação conjugal nos estilos parentais praticados, por comparação de famílias biológicas e famílias em circunstâncias adoptivas em contexto português, os resultados obtidos no presente estudo permitem-nos tirar três conclusões essenciais – suportadas pela ideia de que apesar da similitude de experiências entre os dois tipos de família (biológica e adoptiva), é necessário aceitar como diferentes as características da vida familiar em circunstâncias adoptivas, pois também diferente é o caminho que estas famílias percorrem na concretização do sonho de ser pai/mãe.

Em primeiro lugar, podemos concluir não existem diferenças significativas nas amostras em causa quanto à percepção de satisfação conjugal. Esta surge como elevada e apesar da proximidade de valores, estes são relativamente mais salientes no caso das famílias adoptivas (o que acaba por indicar maior satisfação conjugal percebida, concordante com o postulado na literatura).

Em segundo lugar, tendo-se verificado uma relação positiva entre as variáveis em estudo (como se constatou na revisão de literatura apresentada), verificamos uma predominância na prática de uma parentalidade autoritativa como seria de esperar, dada a percepção elevada de satisfação conjugal obtida em ambos os tipos de família.

Por fim, identificado o efeito do tipo de família na utilização de um Estilo Autoritário, é possível concluir que no caso das famílias com filhos adoptados este surge como segunda opção. Compreensível uma vez que, na sociedade portuguesa, as crianças adoptadas provêm, na sua maioria, de famílias desestruturadas, sendo premente um exercício parental baseado numa definição clara de regras e valores, análogo a um apoio e afecto constantes, que na globalidade irão promover um desenvolvimento saudável e ajustado destas crianças.

Assumindo, ainda, a relevância dos objectivos que o presente estudo se propôs alcançar, e de acordo com os resultados obtidos, podemos afirmar que os mesmos respondem a uma motivação inicial de fornecer pistas válidas para a intervenção e a prevenção. Desta forma, partindo de uma semelhança existente ao nível dos subsistemas conjugal e parental entre famílias biológicas e adoptivas, os serviços de apoio poderão actuar de modo idêntico, salientando, inclusivamente, as potencialidades das famílias

adoptivas, nas quais se identifica um nível superior de satisfação conjugal (apesar das especificidades e dificuldades por que passam estas famílias na concretização da parentalidade).

Como qualquer investigação, o presente estudo não está isento de limitações. Assim sendo, não é possível generalizar os resultados obtidos à população portuguesa pois as amostras em análise foram recolhidas de acordo com a sua acessibilidade (constituindo amostras de conveniência). Mais ainda, não é possível garantir, com convicção, a total fiabilidade das respostas aos instrumentos, dada a posição de avaliação dos participantes, que por uma questão de desejabilidade social (apesar de assegurada a situação de confidencialidade) poderão ter assumido a existência de uma elevada satisfação conjugal e/ou parentalidade mais adequada. No sentido de colmatar tais limitações impõem-se mais estudos sobre as duas realidades em análise (famílias biológicas e adoptivas) em relação a estas variáveis particulares dos domínios da Conjugalidade e da Parentalidade.

VI. Referências Bibliográficas

- ✦ Alarcão, M. (2006). *(Des) Equilíbrios Familiares* (3ª ed.). Coimbra: Quarteto.
- ✦ Alarcão, M., & Gaspar, M. F. (2007). Imprevisibilidade familiar e suas implicações no desenvolvimento individual e familiar. *Paidéia*, 17 (36), 89-102.
- ✦ Aluja, A., Del Barrio, V., & García, L. F. (2006). Do parents and adolescents differ in their perceptions of rearing styles? Analysis of the EMBU versions for parents and adolescents. *Scandinavian Journal of Psychology*, 47, 103–108.
- ✦ Baumrind, D. (1971). Current Patterns of Parental Authority. *Developmental Psychology Monograph*, 4 (1), Part 2.
- ✦ Carlo, G., McGinley, M., Hayes, R., Batenhorst, C., & Wilkinson, J. (2007). Parenting Styles or Practices? Parenting, Sympathy, and Prosocial Behaviors Among Adolescents. *The Journal of Genetic Psychology*, 168 (2), 147–176.
- ✦ Cleary, R. (2003). Commonalities and Differences between Mother--Father Marital and Coparenting Subsystems. *American Psychological Association*, Washington [Conference Abstract].
- ✦ Cruz, O. (2005). *Parentalidade*. Coimbra: Quarteto.
- ✦ Curran, M., Hazen, N., Jacobvitz, D., & Sasaki, T. (2006). How Representations of the Parental Marriage Predict Marital Emotional Attunement During the Transition to Parenthood. *Journal of Family Psychology*, 20 (3), 477–484.
- ✦ Darling, N., & Steinberg, L. (1993). Parenting Style as Context: An Integrative Model. *Psychological Bulletin*, 113 (3), 487-496.
- ✦ Davis, D., Sandelowski, M., & Harris, B. G. (1998). Infertility and early parent-infant interactions. *Journal of Advanced Nursing*, 27, 992-1001.
- ✦ Duarte, M. L. M. (2004). *Adopção: Os maus-tratos a crianças adoptadas* (Fontes de Informação Sociológica) Coimbra.

- ✦ Duriez, B., Soenens, B., & Vansteenkiste, M. (2007). In Search of the Antecedents of Adolescent Authoritarianism: The Relative Contribution of Parental Goal Promotion and Parenting Style Dimensions. *European Journal of Personality*, 21, 507–527.
- ✦ Elek, S. M., Hudson, D. B., & Bouffard, C. (2003). Marital and parenting satisfaction and infant care self-efficacy during the transition to parenthood: The effect of infant sex. *Comprehensive Pediatric Nursing*, 26, 45–57.
- ✦ Faulkner, R. A., Davey M., & Davey, A. (2005). Gender-Related Predictors of Change in Marital Satisfaction and Marital Conflict. *The American Journal of Family Therapy*, 33, 61-83.
- ✦ Ferreira, S. A., Pires, A., & Salvaterra, F. (2004). Filho do coração: Adopção e comportamento parental. *Análise Psicológica*, 2 (XXII), 399-411.
- ✦ Fonte, L. P. (2004). *Novas Famílias – A Monoparentalidade e a Adopção* (Monografia de Psicologia). Maia: Instituto Superior da Maia.
- ✦ Gable, S., Crnic, K., & Belsky, J. (1994). Coparenting Within The Family System: Influences on Children's Development. *Family Relations*, 43, 380-386.
- ✦ Gama, G. C. N. da (2000). Filiação e reprodução assistida: introdução ao tema sob a perspectiva do direito comparado. In *Revista Brasileira de Direito de Família*, 5 (Síntese Ed), 7-28.
- ✦ Gfroerer, K. P., Kern, R. M., & Curlette, W. L. (2004). Research Support for Individual Psychology's Parenting Model. *Journal of Individual Psychology*, 60 (A).
- ✦ Guttman, J., & Lazar, A. (2004). Criteria for marital satisfaction: does having a child make a difference? *Journal of Reproductive and Infant Psychology*, 22 (3), 147–155.
- ✦ Hawkins, A. J., Fawcett, E. B., Carroll, J. S., & Gilliland, T. T. (2006). The Marriage Moments Program for Couples Transitioning to Parenthood: Divergent Conclusions From Formative and Outcome Evaluation Data. *Journal of Family Psychology*, 20 (4), 561–570.

- ✦ Hill, M. M., & Hill, A. (2005). *Investigação por Questionário*. Lisboa, Edições Sílabo.
- ✦ Jensen, S., Pyle, A., Grimes, L., & Trinh, S. (2007). Relationship between parenting style, satisfaction, and efficacy in African-American Parents. *Western Psychological Association* [Convention Presentation].
- ✦ Kurdek, L. A. (1996). Parenting Satisfaction and Marital Satisfaction in Mothers and Fathers With Young Children. *Journal of Family Psychology*, 10 (3), 331-342.
- ✦ Lebart, L., Morineau, A., & Piron, M. (1995). *Statistique Exploratoire Multidimensionnelle*, Dunod Ed., Paris.
- ✦ Lee, C. S., & Doherty, W. J. (2007). Marital Satisfaction and Father Involvement during the Transition to Parenthood. *Fathering*, 5 (2), 75-96.
- ✦ Levy-Shiff, R., Goldshmidt, L., & Har-Even, D. (1991). Transition to Parenthood in Adoptive Families. *Developmental Psychology*, 27 (1), 131-140.
- ✦ Maroco, J. (2001). *Análise Estatística – com Utilização do SPSS* (2ª ed.). Lisboa, Edições Sílabo, Lda.
- ✦ McBride, B. A., & Rane, T. R. (1998). Parenting Alliance as a Predictor of Father Involvement: An Exploratory Study. *Family Relations*, 47, 229-236.
- ✦ Metsäpelto, R. L., Pulkkinen, L., & Poikkeus, A. M. (2001). A Search for Parenting Style: A Cross-Situational Analysis of Parental Behavior. *Genetic, Social, and General Psychology Monographs*, 127 (2), 169-192.
- ✦ Muñoz, I. B.; Rebollo, M. F.; Fernández-Molina, M. & Morán, R. B. (2007). Percepción de las estrategias de socialización parentales en familias adoptivas y no adoptivas. *Psicothema*, Vol. 19, nº 4, pp. 597-602.
- ✦ Narciso, I. (1994/95). Metamorfoses do Amor e da Satisfação Conjugal. *Cadernos de Consulta Psicológica*, 10/11, 129-139.

- ✦ Narciso, I. (1997). Metamorfoses do Amor e da Satisfação ao Longo do tempo Conjugal. In Marchand, H. & Pinto, H. R. “*Colóquio*” *Família: Contributos da Psicologia e das Ciências da Educação*. Actas: Educanda Lisboa, 55-61.
- ✦ Narciso, I. (2001). *Conjugalidades Satisfeitas mas Não Perfeitas – À Procura do Padrão que Liga*. Dissertação de Doutoramento não publicada. Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação da Universidade de Lisboa.
- ✦ Narciso, I., Costa, M. E., & Prata, F. X. (2002). Intimidade e Compromisso ou “Aquilo que Pode Fazer com que um Casamento Funcione”. *Revista Portuguesa de Psicologia*, 36.
- ✦ O’Brien, M., & Peyton, V. (2002). Parenting Attitudes and Marital Intimacy: A Longitudinal Analysis. *Journal of Family Psychology*, 16 (2), 118–127.
- ✦ O’Leary, S. G., & Vidair, H. B. (2005). Marital Adjustment, Child-Rearing Disagreements, and Overreactive Parenting: Predicting Child Behavior Problems. *Journal of Family Psychology*, 19 (2), 208–216.
- ✦ Oliveira, E. A., Marin, A. H., Pires, F. B., Frizzo, G. B., Ravello, T., & Rossato, C. (2002). Estilos Parentais Autoritário e Democrático-Recíproco Intergeracionais, Conflito Conjugal e Comportamentos de Externalização e Internalização. *Psicologia: Reflexão e Crítica*, 15 (1), 1-11.
- ✦ Östberg, M., Hagekull, B., & Hagelin, E. (2007). Stability and Prediction of Parenting Stress. *Infant and Child Development*, 16, 207–223.
- ✦ Pereira, A. I. (2007). *Crescer em Relação: Estilos parentais educativos, apoio social e ajustamento*. Dissertação de Doutoramento apresentada na FPCE da UC.
- ✦ Peterson, B. D., Newton, C. R., & Rosen, K. H. (2003). Examining Congruence Between Partners’ Perceived Infertility-Related Stress and Its Relationship to Marital Adjustment and Depression in Infertile Couples. *Family Process*, 42 (1), 49-70.
- ✦ Pihet, S., Bodenmann, G., Cina, A., Widmer, K., & Shantinath, S. (2007). Can Prevention of Marital Distress Improve Well-Being? A 1 Year Longitudinal Study. *Clinical Psychology and Psychotherapy*, 14, 79–88.

- ✦ Pim, J. E., Ferreira, M., Rodrigues, M., & Costa, S. (2006). Novas Formas de Família: O caso da adoção para quem já tem filhos biológicos. *Revista de Antropologia Experimental*, nº 6, Texto 9, 137-159.
- ✦ Potes, A. A., Bandola, C. T., Real, F. M., & Ferreira, L. P. (2006). *Tempo da Adopção vs Tempo Útil da Criança: Complexidade e questões do processo* (Trabalho Final de Curso de Investigação em Serviço Social), Lisboa, Instituto Superior de Serviço de Lisboa.
- ✦ Relvas, A. P., & Alarcão, M. (2002). *Novas Formas de Família*. Coimbra, Quarteto Editora.
- ✦ Robinson, C. C., Mandleco, B., Olsen, S. F., & Hart, C. H. (1995). Authoritative, Authoritarian and Permissive Parenting Practices: Development of a New Measure. *Psychological Reports*, 77, 819-830.
- ✦ Robinson, C. C., Mandleco, B., Olsen, S. F., & Hart, C. H. (2001). The Parenting Styles and Dimensions Questionnaire (PSDQ). In B. F. Perlmutter, J. Touliatos, & G. W. Holden (Eds.), *Handbook of family measurement techniques: Vol. 3. Instruments & index* (pp. 319-321). Thousand Oaks: Sage.
- ✦ Russell, A., Hart, C., Robinson, C., & Olsen, S. (2003). Children's sociable and aggressive behaviour with peers: A comparison of the US and Australia, and contributions of temperament and parenting styles. *International Journal of Behavioral Development*, 27 (1), 74-86.
- ✦ Sá, E., Sottomayor, M. C., Rosinha, I., & Cunha, M. J. (2005). *Abandono e Adopção*. Coimbra, Edições Almedina.
- ✦ Schulz, M. S., Cowan, C. P., & Cowan, P. A. (2006). Promoting Healthy Beginnings: A Randomized Controlled Trial of a Preventive Intervention to Preserve Marital Quality During the Transition to Parenthood. *Journal of Consulting and Clinical Psychology*, 74 (1), 20-31.

- ✦ Shapiro, A. F., Gottman, J. M., & Carrère, S. (2000). The Baby and the Marriage: Identifying Factors That Buffer Against Decline in Marital Satisfaction After the First Baby Arrives. *Journal of Family Psychology, 14* (1), 59-70.
- ✦ Silin, M. W. (1996). The Vicissitudes of Adoption for Parents and Children. *Child and Adolescent Social Work Journal, 13* (3), 255-269.
- ✦ Steinberg, L., Lamborn, S. D., Darling, N., Mounts, N. S., & Dornbusch, S. M. (1994). Over-Time Changes in Adjustment and Competence among Adolescents from Authoritative, Authoritarian, Indulgent, and Neglectful Families. *Child Development, 65*, 754-770.
- ✦ Weber, L. D., Prado, P. M., Viezzer, A. P., & Brandenburg, O. J. (2004). Identificação de Estilos Parentais: O Ponto de Vista dos Pais e dos Filhos. *Psicologia: Reflexão e Crítica, 17* (3), 323-331.
- ✦ Webster-Stratton, C., & Hammond, M. (1999). Marital Conflict Management Skills, Parenting Style, and Early-onset Conduct Problems: Processes and Pathways. *Child Psychology and Psychiatry, 40* (6), 917-927.
- ✦ Wilcox, W. B. (1998). Conservative Protestant Childrearing: Authoritarian or Authoritative? *American Sociological Review, 63* (6), 796-809.
- ✦ Winsler, A., Madigan, A. L., & Aquilino, S. A. (2005). Correspondence between maternal and paternal parenting styles in early childhood. *Early Childhood Research Quarterly, 20*, 1-12.